



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 S/SRP

1. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL/MT, por intermédio de sua **Agente de Contratação (Pregoeira)**, Sra. Raquel Marli da Silva, nomeada pela **Portaria nº 20/2025, de 10 de março de 2025**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento: **MENOR PREÇO**, forma de adjudicação: **item único (preço global)**, modo de disputa: **ABERTO**, conforme as regras deste Edital e de seus anexos, especialmente o **Termo de Referência** e o **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**. A licitação reger-se-á pela **Lei nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar nº 123/2006**, pela **Lei Complementar Municipal nº 16/2016**, pelo **Decreto Municipal nº 45/2023** e demais normas municipais aplicáveis.

1.2. Unidade demandante. A unidade demandante responsável pela formalização da necessidade e pela condução administrativa inicial da presente contratação é a **Secretaria Geral da Câmara Municipal de Sapezal/MT**.

1.3. Sessão pública e condução do certame. O **Pregão Eletrônico** será realizado em **sessão pública**, por meio da internet, com condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pela **Agente de Contratação (Pregoeira)** e, quando designada, pela **Equipe de Apoio**, mediante inserção e monitoramento de dados no sistema **LICITANET** (www.licitanet.com.br).

1.4. Divulgação e acesso ao Edital e anexos. O presente Edital e seus anexos serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP** (www.pncp.gov.br), sem prejuízo da disponibilização na plataforma **LICITANET** (www.licitanet.com.br) e no portal institucional da Câmara Municipal.

1.5. Prazos e sessão pública. A sessão pública inaugural deste **Pregão Eletrônico** será realizada exclusivamente por meio do sistema **LICITANET** (www.licitanet.com.br), observados os prazos mínimos legais aplicáveis entre a divulgação do edital e a data da sessão. As propostas deverão ser **cadastradas eletronicamente** no sistema até a data e horário abaixo, podendo ser substituídas/retificadas **até o momento da abertura da sessão**, nos termos deste Edital:

- **Data e horário início do recebimento das propostas:** em 28/04/2026, às 09h
- **Data e horário limite para cadastramento/retificação de propostas:** 18/05/2026, às 08h59min
- **Início da sessão pública (abertura de propostas e disputa de lances):** 18/05/2026, às 09h00min

Endereço eletrônico para participação: www.licitanet.com.br

Horário de referência: Brasília/DF.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a implantação de usina de geração fotovoltaica conectada à rede elétrica**, em regime de **solução completa e integrada**, com **potência instalada mínima de 87,50 quilowatt-pico (corrente contínua)**, incluindo, no mínimo: **elaboração e entrega de projeto executivo, fornecimento de todos os equipamentos e**



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

materiais, instalação, ativação e comissionamento, monitoramento, treinamento, entrega de documentação técnica final e condução do processo de acesso e homologação junto à concessionária/distribuidora local, tudo conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital e no **Anexo I – Termo de Referência**.

2.2. O objeto pertence à **Câmara Municipal de Sapezal/MT** e será executado nos estritos termos do **Anexo I – Termo de Referência**, bem como dos demais documentos técnicos e administrativos que integram o processo, os quais orientam requisitos mínimos, padrões de qualidade, entregáveis, critérios de aceite, prazos e responsabilidades.

2.3. A contratação atende às necessidades institucionais da Câmara Municipal, formalmente justificadas no processo administrativo e refletidas no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e no **Termo de Referência**, que fundamentam a solução escolhida, as especificações e o custo estimado, bem como a opção pela licitação própria na modalidade **Pregão Eletrônico**.

2.4. Local de execução. O objeto será executado na **sede da Câmara Municipal de Sapezal/MT**, situada na **Av. do Jaú, 1359-SW, Centro, Sapezal/MT**, observadas as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de engenharia, as condições de segurança do trabalho e as exigências da concessionária/distribuidora local, conforme o Termo de Referência.

2.5. Regime de execução, julgamento e adjudicação.

a) **Critério de julgamento:** menor preço.

b) **Forma de adjudicação:** item único (preço global), por se tratar de solução completa e integrada.

c) Encerrada a etapa de lances, a licitante melhor classificada poderá ser instada, quando solicitado pela Administração, a apresentar documentos técnicos complementares para verificação de conformidade e exequibilidade (por exemplo: memorial de atendimento aos requisitos do Termo de Referência, relação dos equipamentos principais e garantias, e cronograma executivo sintético), sem alteração do valor global final registrado no sistema e sem modificação do escopo/entregáveis mínimos.

2.6. Gestão de riscos. A execução contratual observará a gestão de riscos prevista no **Termo de Referência** e no **ETP**, com foco, dentre outros, em: (i) prazos e diligências do processo de acesso/homologação junto à concessionária; (ii) prevenção de divergência de escopo; (iii) segurança elétrica e do trabalho; e (iv) desempenho e funcionamento do monitoramento.

2.7. Subcontratação. Admite-se subcontratação **parcial** de parcelas acessórias e não críticas, **condicionada à anuência prévia e expressa** da fiscalização/gestão contratual, permanecendo, em qualquer hipótese, a **responsabilidade integral** da contratada pela execução do objeto e pelos resultados contratados. É **vedada** a subcontratação **total** do objeto.

2.7.1. Consideram-se **parcelas de maior relevância técnica**, que deverão ser



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

executadas diretamente pela contratada: elaboração do projeto executivo e respectivas ART(s), montagem e interligação elétrica principal do sistema (CC e CA), comissionamento/testes e entrega do sistema em funcionamento, bem como a instrução e acompanhamento do processo de acesso/homologação junto à concessionária/distribuidora, conforme definido no Termo de Referência.

2.7.2. A subcontratação autorizada não criará vínculo jurídico direto entre a Administração e eventual subcontratada, permanecendo a contratada como única responsável por prazos, qualidade, garantias, encargos e demais obrigações decorrentes do contrato.

2.8. Responsabilidade técnica. A execução deverá ser acompanhada por profissional habilitado, com emissão das **ART(s)** pertinentes (projeto e execução/instalação), sem prejuízo das demais exigências regulamentares do conselho profissional competente.

2.9. O certame observará as fases previstas na Lei nº 14.133/2021, na seguinte sequência:

- I – fase preparatória;
- II – divulgação do edital de licitação (inclusive no PNCP);
- III – apresentação de propostas e lances;
- IV – julgamento;
- V – habilitação;
- VI – fase recursal;
- VII – homologação;
- VIII – contratação.

2.9.1. Ficam assegurados o saneamento de falhas formais e as diligências para esclarecimentos, bem como a solicitação de documentos complementares e esclarecimentos técnicos, quando cabível, nos termos da legislação aplicável e deste Edital.

3. DA FINALIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Finalidade. O presente Edital tem por finalidade regulamentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e estabelecer condições, requisitos e diretrizes técnicas para a **contratação de empresa especializada visando à implantação de usina de geração fotovoltaica conectada à rede elétrica**, em regime de **solução completa e integrada (chave na mão)**, compreendendo, no mínimo: **projeto executivo, fornecimento de equipamentos e materiais, instalação, ativação e comissionamento, monitoramento, treinamento e entrega do dossiê técnico “conforme executado”, bem como a condução do processo de acesso/homologação junto à distribuidora/concessionária**, quando aplicável, tudo conforme o **Termo de Referência (Anexo I)** e o **ETP**.

3.2. Justificativa e interesse público. A contratação visa atender necessidade institucional da Câmara Municipal, formalmente identificada no **ETP** e detalhada no **Termo de Referência**, relacionada à **redução de custos operacionais com energia elétrica**, ao **aumento de eficiência no uso de recursos públicos**, e à adoção de solução alinhada ao planejamento e à modernização administrativa, observados os



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade, da transparência e da proposta mais vantajosa.

3.2.1. A implantação do sistema fotovoltaico proporcionará, dentre outros efeitos esperados:

- I – redução gradual do dispêndio com consumo de energia elétrica, com potencial redirecionamento de recursos para finalidades institucionais;
- II – melhoria do controle e da previsibilidade do consumo, mediante **monitoramento** e relatórios de geração;
- III – incremento da sustentabilidade da operação administrativa, sem prejuízo do atendimento às exigências técnicas e regulatórias do setor elétrico;
- IV – entrega do sistema em funcionamento e em condições de operação assistida, com treinamento e documentação técnica organizada.

3.2.2. A não contratação da solução acarretará, dentre outros impactos:

- I – manutenção dos custos recorrentes com energia elétrica sem adoção de medida estrutural de mitigação;
- II – ausência de instrumento técnico e contratual para padronização de requisitos mínimos de projeto, fornecimento, instalação e comissionamento;
- III – continuidade de vulnerabilidades relacionadas a soluções paliativas e não integradas, com maior risco de impropriedades técnicas e de custos indiretos.

3.3. Alinhamento ao planejamento e ao orçamento. A contratação encontra-se vinculada ao planejamento administrativo e orçamentário da Câmara Municipal, devendo possuir **prévia indicação de dotação orçamentária** no processo administrativo, em conformidade com as normas de responsabilidade fiscal e com a compatibilidade entre a despesa, o planejamento e a execução contratual.

3.4. Abrangência técnica e entregáveis mínimos. O escopo abrange, de forma integrada e indissociável, os seguintes macroentregáveis:

- I – **levantamentos, dimensionamento e projeto executivo**, com emissão das respectivas ART(s);
- II – **fornecimento e instalação** de módulos, inversores, estruturas, proteções, cabeamentos, quadros e demais componentes necessários ao pleno funcionamento e à segurança do sistema;
- III – **interligações elétricas** em corrente contínua e alternada, adequações no ponto de conexão e demais intervenções necessárias ao atendimento das exigências técnicas;
- IV – **comissionamento e testes**, com evidências objetivas de funcionamento;
- V – disponibilização de **monitoramento**, com entrega de credenciais de acesso e parâmetros mínimos de operação;
- VI – **treinamento** básico de usuários indicados pela Administração;
- VII – **dossiê técnico final “conforme executado”**, contendo manuais, garantias, diagramas, registros fotográficos essenciais, relatórios de testes e documentação de responsabilidade técnica;
- VIII – instrução e acompanhamento do **processo de acesso/homologação junto à distribuidora/concessionária**, quando aplicável, conforme disciplinado no Termo de Referência.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

3.5. Observância normativa, desempenho e segurança. A execução deverá observar as normas técnicas aplicáveis, boas práticas de engenharia, regras de segurança do trabalho e requisitos regulatórios do setor elétrico, incluindo a emissão de ART(s) correspondentes ao projeto e à execução/installação, e a adoção de materiais e equipamentos compatíveis com desempenho, durabilidade e segurança exigidos no Termo de Referência.

3.6. Sustentabilidade e gestão de resíduos. A contratada deverá adotar, sempre que técnica e economicamente viável, medidas de sustentabilidade relacionadas à redução de desperdícios, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada de resíduos de embalagem e sobras de materiais, sem transferência de ônus indevido à competitividade do certame, observadas as diretrizes e obrigações previstas no Termo de Referência e na legislação ambiental aplicável.

3.7. Estimativa de custo e metodologia. O valor estimado da contratação foi definido com base em **pesquisa de preços e balizamento** constantes do processo administrativo, observada a comparabilidade do escopo e das condições de fornecimento/installação e entrega “em operação”, com tratamento e consolidação conforme registrado no ETP e no Termo de Referência. O orçamento estimado serve de parâmetro para análise de aceitabilidade de preços, sem prejuízo da formação de preços própria pelos licitantes, respeitados os limites e condições fixados no Edital.

3.8. Resultados e indicadores. São resultados esperados:

- I – sistema fotovoltaico instalado, comissionado e operando em conformidade com os requisitos mínimos definidos;
- II – monitoramento ativo, com acesso entregue à Administração e registros mínimos de geração;
- III – entrega do dossiê técnico final e garantias, permitindo manutenção e rastreabilidade de componentes;
- IV – regularidade documental de responsabilidade técnica e demais comprovações exigidas;
- V – atendimento às exigências de acesso/homologação junto à distribuidora/concessionária, quando aplicável, conforme regras do Termo de Referência.

3.8.1. O acompanhamento e a verificação de conformidade dar-se-ão por fiscal(ais) e gestor(es) designados, com base em **marcos de entrega, critérios objetivos de aceite e checklist documental**, conforme Termo de Referência.

3.8.2. Os pagamentos (quando previstos) estarão condicionados ao **atesto da fiscalização** quanto à execução dos entregáveis e à regularidade da documentação exigida para a fase de execução contratual, conforme regras do Termo de Referência e do contrato.

4. DAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

4.1. Este processo, inclusive o **Termo de Referência** e demais documentos técnicos que integram o Edital, foi elaborado com base nas normas e regulamentos a seguir, os quais deverão ser observados na execução do objeto, **sem prejuízo** de outras disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis:



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

4.1.1. Legislação e parâmetros gerais

- I – **Lei Federal nº 14.133/2021** (licitações e contratos administrativos);
- II – **Lei Complementar nº 123/2006** (tratamento diferenciado às ME/EPP, quando aplicável);
- III – **Lei Complementar Municipal nº 16/2016** e **Decreto Municipal nº 45/2023**, além de demais atos normativos municipais correlatos aplicáveis ao certame;
- IV – Normas e procedimentos **regulatórios do setor elétrico e padrões técnicos da distribuidora/concessionária local**, especialmente os aplicáveis ao **processo de acesso, conexão e homologação** de micro/mini geração distribuída, quando cabível;
- V – Normas e instruções do **Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso – CBM/MT**, quando aplicáveis, inclusive as exigências relacionadas ao PPCI e às condições de segurança contra incêndio pertinentes ao local e à intervenção.

4.1.2. Normas de segurança do trabalho

- I – **NR-10** (segurança em instalações e serviços em eletricidade);
- II – **NR-35** (trabalho em altura), quando houver intervenção em cobertura/telhado;
- III – Demais NRs aplicáveis à atividade (ex.: **NR-06** EPI, **NR-18** quando pertinente às rotinas de montagem/instalação, e **NR-23** proteção contra incêndio).

4.1.3. Normas técnicas (ABNT e correlatas) aplicáveis ao sistema fotovoltaico e às instalações

- I – Normas de **instalações elétricas de baixa tensão, proteções**, aterramento, seccionamento, condutores, quadros e conexões, incluindo a **ABNT NBR 5410**;
- II – Normas de **proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) e equipotencialização**, incluindo a **ABNT NBR 5419**, quando aplicável;
- III – Normas técnicas aplicáveis a **arranjos e instalações fotovoltaicas conectadas à rede**, incluindo requisitos de projeto, montagem, segurança e desempenho (ABNT e/ou IEC adotadas no Brasil, quando aplicáveis);
- IV – Normas técnicas aplicáveis ao **ponto de conexão**, medição, dispositivos de proteção e requisitos de paralelismo com a rede, conforme padrões da distribuidora e regulamentação setorial;
- V – Normas técnicas aplicáveis à **estrutura de fixação/montagem** e aos esforços incidentes, quando houver instalação em cobertura, incluindo parâmetros de **ações do vento** e demais verificações estruturais pertinentes, conforme normas ABNT aplicáveis.

4.1.4. Manuais, requisitos de conformidade e certificações

- I – Manuais do fabricante e especificações técnicas dos equipamentos (módulos, inversores, estruturas, conectores, proteções e demais componentes), que deverão ser seguidos **sem redução de requisitos**;
- II – Certificações, relatórios e comprovações de conformidade exigidas pela legislação e pelo Termo de Referência, inclusive quanto à segurança elétrica e compatibilidade com o paralelismo à rede, quando aplicável.

4.2. CRITÉRIOS DE PREVALÊNCIA E COMPATIBILIZAÇÃO

4.2.1. Em caso de divergência entre documentos técnicos do processo e normas aplicáveis, prevalecerá a solução **mais restritiva e tecnicamente segura**, desde que compatível com o objeto e com o Termo de Referência. Persistindo dúvida, caberá à



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

fiscalização deliberar e solicitar as compatibilizações necessárias, inclusive mediante diligência técnica.

4.2.2. Omissões deverão ser supridas por normas técnicas e boas práticas, **sem transferência de ônus à Administração** por deficiências imputáveis à contratada, especialmente quando decorrentes de erro de execução, dimensionamento inadequado, montagem incompatível ou não atendimento a manuais e normas de segurança.

4.3. ATUALIZAÇÕES NORMATIVAS

4.3.1. As normas técnicas e regulamentares vigentes na data limite para apresentação das propostas serão referência para formulação de preços e procedimentos executivos.

4.3.2. Ocorrendo atualização normativa superveniente de observância obrigatória durante a execução, a contratada deverá promover as adequações necessárias, mediante anuência prévia da fiscalização. Havendo impacto comprovado em custo ou prazo e **não sendo risco alocado à contratada**, aplicar-se-ão as regras contratuais e, quando cabível, o reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.4. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E COMPROVAÇÕES

4.4.1. A execução deverá ser acompanhada por profissional(is) legalmente habilitado(s), com emissão das respectivas **ART(s)** (e/ou RRT, quando aplicável) para projeto e execução/instalação.

4.4.2. A contratada deverá apresentar, quando exigido no Termo de Referência e/ou pela fiscalização, laudos, ensaios, certificações, memorial técnico, relatórios de comissionamento/testes, manuais de operação e manutenção, bem como o dossiê final **“conforme executado”**, comprovando o atendimento integral às normas aplicáveis e às especificações do Termo de Referência.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento da **Câmara Municipal de Sapezal/MT**, observadas as condições deste Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável. A contratação somente será formalizada e executada mediante **prévia emissão de nota de reserva e empenho** em valor suficiente para suportar as obrigações assumidas, vedada a realização de despesa sem prévio empenho, nos termos da legislação financeira vigente e da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Valor estimado da contratação. O valor estimado para a execução do objeto é de **R\$ 297.254,00 (duzentos e noventa sete mil, duzentos e cinquenta reais)**, definido com base na **pesquisa de preços/balizamento** constante do processo administrativo e consolidado no **ETP** e no **Termo de Referência**, observada a comparabilidade de escopo e condições de fornecimento, instalação, comissionamento e entrega do sistema em funcionamento. O valor contratual resultará do **menor preço** ofertado pela licitante vencedora, respeitados os limites orçamentários aplicáveis e as regras de aceitabilidade previstas no Edital.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

5.3. Classificação orçamentária. As despesas serão custeadas por recursos orçamentários próprios da Câmara Municipal, provenientes de dotações consignadas na **Lei Orçamentária Anual – LOA** do exercício vigente (e suplementadas, se necessário, conforme autorização legal), observadas as diretrizes da **LDO** e do **PPA**. A dotação orçamentária a ser utilizada é a seguinte:

Câmara Municipal

Projeto/Atividade (obra): 01.031.0001.1109 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente

Elemento da Despesa (ND): 4.4.90.52.30.00 – Máquinas e Equipamentos Energético

5.3.1. Caso o procedimento licitatório seja instaurado em um exercício e a contratação/execução ocorra em exercício subsequente, as despesas remanescentes correrão por conta das dotações consignadas nas respectivas **Leis Orçamentárias Anuais futuras**, com indicação nos autos por meio das competentes **reservas, empenhos e registros contábeis**, conforme a legislação de finanças públicas aplicável.

5.4. Empenho e execução contratual. A emissão de empenho(s) poderá ocorrer no(s) exercício(s) financeiro(s) correspondente(s) à execução, em consonância com o **cronograma de execução e os marcos de entrega/atesto** previstos no Termo de Referência e no contrato, e com a disponibilidade orçamentária e financeira da Câmara Municipal.

5.5. Alterações contratuais e disponibilidade orçamentária. Eventuais alterações contratuais que impliquem acréscimo de despesa somente serão admitidas mediante **prévia e suficiente dotação orçamentária e financeira**, devidamente formalizada no processo administrativo, observados os limites e condições previstos na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

5.5.1. Os acréscimos e supressões observarão, em regra, os limites percentuais previstos no **art. 125** da Lei nº 14.133/2021, especialmente o limite de **até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, ressalvadas as hipóteses legais específicas aplicáveis.

5.5.2. Qualquer proposta de alteração contratual que importe modificação de escopo, quantitativos, prazos ou inclusão/retirada de entregáveis deverá ser devidamente justificada em processo administrativo, com demonstração da necessidade, da vantagem para a Administração, da compatibilidade com o **Termo de Referência**, bem como da existência de previsão orçamentária e financeira suficiente para suportar o novo valor contratual.

6. DOS DOCUMENTOS COM ASSINATURA ELETRÔNICA

6.1. Admissibilidade e bases legais.

Serão aceitos neste certame documentos assinados eletronicamente por pessoas físicas ou jurídicas, observados os seguintes parâmetros:

I – assinatura eletrônica qualificada, mediante certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil; e/ou



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

II – assinatura eletrônica avançada realizada por meio da plataforma gov.br, nos termos da legislação aplicável.

6.2. Formatos aceitos.

I – Arquivos PAdES (PDF assinado) ou CAdES (arquivo “.p7s” acompanhado do documento original) serão aceitos para verificação.

II – Não se exige reconhecimento de firma ou qualquer formalidade adicional quando o documento estiver validamente assinado nos termos do item 6.1.

6.3. Verificação de conformidade.

I – A Administração verificará a autenticidade e a integridade das assinaturas eletrônicas por meio de serviço público de validação mantido pelo ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação) ou equivalente.

II – O licitante poderá juntar, junto com o documento assinado, o comprovante de validação (relatório do verificador, QR code, hash ou URL) para facilitar a conferência.

III – Em qualquer hipótese, prevalece a conferência realizada pela Administração no momento da análise.

6.4. Dúvidas técnicas de leitura/validação.

I – Constatada dificuldade de leitura do arquivo, ausência de cadeia de certificação ou outra impropriedade sanável, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação promoverá diligência para saneamento, com prazo razoável, antes de decidir pela inabilitação.

II – Somente na hipótese de não atendimento à diligência ou de irregularidade insanável é que se procederá à desclassificação/inabilitação. (Fundamento: art. 64, § 1º, Lei 14.133/2021 – formalismo moderado e saneamento de falhas formais).

6.5. Responsabilidades do licitante.

I – Garantir que os documentos estejam assinados em conformidade com o item 6.1.

II – Quando utilizar gov.br, assegurar que a conta do signatário seja nível prata ou ouro (exigência mínima para assinatura avançada na plataforma).

6.6. Efeitos jurídicos.

Os documentos assinados eletronicamente nos termos deste item produzem os mesmos efeitos dos documentos físicos assinados, para todos os fins do processo licitatório.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste **Pregão Eletrônico** quaisquer empresas interessadas que: (i) atendam integralmente às exigências deste edital e de seus anexos; (ii) tenham atividade econômica compatível com o objeto; e (iii) estejam devidamente **credenciadas** na plataforma **LICITANET** (www.licitanet.com.br).

7.2. A compatibilidade entre a atividade da licitante e o objeto será aferida com base no **CNAE** e/ou nas atividades descritas no **Contrato/Estatuto Social**, admitidas atividades correlatas que demonstrem aptidão para a execução do objeto.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

7.3. Estarão habilitadas a participar as licitantes que apresentarem a documentação de **habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica**, na forma exigida neste edital.

7.4. As licitantes suportarão os custos de preparação e apresentação de propostas, documentos de habilitação e de eventual vistoria/visita técnica, quando prevista, não cabendo à Administração qualquer ressarcimento.

7.5. Vedações (impedimentos de participação)

7.5.1. Não poderão participar desta licitação:

- a) quem não atender às condições deste edital e anexos;
- b) o autor do anteprojeto, projeto básico ou executivo relacionado ao objeto, pessoa física ou jurídica, bem como empresa na qual esse autor seja dirigente, gerente, controlador, acionista com poder de controle, responsável técnico ou subcontratado, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;
- b.1) equiparam-se aos autores do projeto as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico do autor, quando caracterizado conflito de interesses;
- c) pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar/contratar em razão de sanção aplicada por quaisquer entes da Administração Pública, com consulta aos cadastros oficiais (CEIS e CNEP/CGU, Cadastro de inidôneos do TCU e registros de sanções publicados no PNCP), e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ), quando aplicável;
- d) quem mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante, com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou com respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, inclusive para fins de subcontratação, caracterizando conflito de interesses (art. 5º e art. 9º da Lei nº 14.133/2021);
- e) controladoras, controladas ou coligadas, quando a participação simultânea puder comprometer a competitividade do certame ou configurar atuação coordenada;
- f) quem se encontre em liquidação, dissolução, insolvência civil, ou em recuperação judicial/extrajudicial **sem condições operacionais** para execução do objeto, conforme verificado na habilitação;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada com trânsito em julgado por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes em hipóteses vedadas;
- h) empresas estrangeiras que não funcionem no País na forma da lei;
- i) agente público do órgão licitante, estendendo-se a terceiros que auxiliem na condução da contratação (agente/equipe de apoio/profissional especializado), bem como funcionário/representante de empresa que preste assessoria técnica com potencial conflito, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

Nota. Fica suprimida vedação genérica à participação de MEI. O **MEI** poderá participar se o objeto for compatível com sua natureza e capacidade operacional, atendendo integralmente às exigências de habilitação e qualificação previstas neste edital.

7.6. Consórcios

7.6.1. Será admitida a participação em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes regras:



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

I – apresentação, na habilitação jurídica, do compromisso de constituição do consórcio (instrumento público ou particular), subscrito pelas consorciadas, contendo, no mínimo:

- a) designação e composição do consórcio;
- b) finalidade e prazo de duração (coincidente, no mínimo, com a vigência contratual e eventuais prorrogações);
- c) endereço e foro para dirimir controvérsias entre consorciadas;
- d) definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciada e das prestações específicas, com a proporção econômico-financeira de participação;
- e) responsabilidade solidária de todas as consorciadas, na licitação e na execução, inclusive por encargos fiscais, trabalhistas e administrativos;
- f) indicação da líder do consórcio e de seu representante legal com poderes para praticar todos os atos na licitação e no contrato;
- g) compromisso de que não haverá alteração da composição do consórcio sem anuência prévia e expressa da Administração até o recebimento definitivo do objeto;

II – é vedada a participação de empresa em mais de um consórcio ou isoladamente e em consórcio, nesta licitação;

III – o licitante vencedor deverá constituir e registrar o consórcio antes da assinatura do contrato;

IV – cada consorciada deverá individualmente atender às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista;

V – a qualificação técnico-operacional e a capacidade econômico-financeira poderão ser comprovadas de forma somada, na proporção da participação de cada consorciada, vedada a soma para atestados de responsabilidade técnica exclusiva;

VI – a líder responderá por, no mínimo, 30% da execução do objeto; as demais consorciadas responderão, no conjunto, pelo remanescente, observadas as parcelas de maior relevância técnica definidas no edital (quando houver).

7.7. Cooperativas

7.7.1. Poderão participar cooperativas, desde que:

I – estejam regularmente constituídas e em funcionamento, conforme a Lei nº 5.764/1971, Lei nº 12.690/2012 e LC nº 130/2009;

II – comprovem atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre cooperados;

III – qualquer cooperado, com igual qualificação, seja capaz de executar o objeto, vedada a indicação nominal de pessoas pela Administração;

IV – o objeto esteja contido no objeto social da cooperativa e não se caracterize intermediação ilícita de mão de obra, observadas as normas trabalhistas e previdenciárias.

7.8. A observância das vedações e condições de participação é de inteira responsabilidade da licitante, sujeitando-a às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

7.9. **Tratamento favorecido – ME/EPP.** Será concedido o tratamento diferenciado previsto na **LC nº 123/2006** e na **LC Municipal nº 16/2016**, inclusive a possibilidade de regularização fiscal tardia (arts. 42 e 43 da LC nº 123/2006), na forma e prazos estabelecidos neste edital.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

7.10. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos e a proposta de preços devem referir-se ao **mesmo CNPJ** da licitante participante, salvo impossibilidade devidamente justificada e aceita pela Pregoeira/Agente de Contratação.

8. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA

8.1. Para acesso ao sistema eletrônico, as interessadas deverão dispor de **usuário e senha pessoais e intransferíveis**, obtidos mediante **cadastro e credenciamento** na plataforma **LICITANET** (www.licitanet.com.br). Canais de suporte: **(34) 3014-6633, (34) 2512-6500** e **Central de Atendimento** disponível no próprio sítio eletrônico.

8.2. É de **responsabilidade exclusiva da licitante** realizar e manter **atualizado** seu cadastro junto à plataforma, assegurando a **regularidade e a aptidão** para operar o sistema. Dúvidas operacionais deverão ser dirimidas junto à **Central de Atendimento da LICITANET**.

8.3. O **sigilo** e o **uso** das credenciais (login e senha) são de responsabilidade do usuário. A licitante **responde por todas as transações** realizadas com suas credenciais, diretamente ou por meio de **representante credenciado/procurador**. A **Câmara Municipal** e a **LICITANET** não se responsabilizam por usos indevidos decorrentes de guarda inadequada ou compartilhamento de senha.

8.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica:
I – presunção de **capacidade técnica** para realizar as transações eletrônicas inerentes ao certame;

II – anuência de que **lances, propostas, declarações e documentos** enviados com o respectivo usuário são **firmes e verdadeiros**;

III – **dever de acompanhamento** das operações do sistema e das comunicações oficiais do certame, **assumindo os ônus** por eventual perda de prazos ou negócios por inobservância de mensagens, avisos do sistema ou **desconexão** do usuário.

8.5. Representação e procuração eletrônica. A licitante deverá indicar **representante** para operar no sistema, podendo este ser **sócio/administrador** ou **procurador** com poderes específicos para **ofertar lances, enviar propostas/documentos, interpor e desistir de recursos e praticar demais atos** do certame. A prova de poderes dar-se-á por **ato constitutivo** ou **procuração** (eletrônica ou digitalizada), apresentada nos termos deste edital.

8.6. Comunicações oficiais. As comunicações referentes ao certame ocorrerão **preferencialmente pelo chat e pelos avisos/notificações** do sistema LICITANET, sem prejuízo das publicações no **PNCP** e no **portal institucional** da Câmara. O **horário oficial** para todos os fins será o de **Brasília/DF**.

8.7. Logs e integridade. O sistema registrará **data, hora e conteúdo** das operações realizadas pelos usuários (logs), que **integrarão os autos** e servirão de **prova** dos atos praticados, nos termos da legislação aplicável.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

8.8. Tratamento a ME/EPP. As **ME** e **EPP** que desejarem usufruir dos benefícios da **LC nº 123/2006** deverão **declarar sua condição** no sistema e apresentar as **declarações exigidas** neste edital (incluído o disposto no **art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021**). A falsidade de declaração sujeita a licitante às **sanções administrativas** e às **responsabilidades civis e penais** cabíveis.

8.9. Impedimentos. Ficará impedida de participar a licitante que **incorra em vedações legais** ou esteja com **sanção de impedimento/inidoneidade** vigente perante quaisquer entes da Administração Pública, circunstância que será verificada em **cadastros oficiais** (p. ex., **CEIS/CNEP-CGU, TCU, PNCP, e CNJ** – quando aplicável).

8.10. Riscos de conexão do usuário. Problemas de **conexão à internet, equipamentos, softwares e provedores** da licitante **não** poderão ser opostos para justificar descumprimento de prazos. Constatada **instabilidade sistêmica generalizada** da plataforma, o Agente de Contratação poderá **suspender/prorrogar** a sessão, com registro em ata.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Envio eletrônico. A proposta será cadastrada **exclusivamente** na plataforma **LICITANET** (www.licitanet.com.br), até a data e horário previstos neste Edital. No ato do cadastramento, a licitante confirmará, em campo próprio do sistema, que **cumpre integralmente** os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com o Edital e anexos, declarando pleno conhecimento e aceitação das regras do certame.

9.1.1. A falsidade de declaração sujeitará a licitante às sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Conteúdo mínimo da proposta. A licitante deverá informar nos campos próprios do sistema (“Condições do Proponente” e, se necessário, “Informações Adicionais”) e/ou anexar arquivo(s) nos formatos aceitos pela plataforma, contendo, no mínimo:

- a) **Declaração de aderência integral ao Anexo I – Termo de Referência**, inclusive quanto à potência mínima, desempenho, entregáveis e garantias;
- b) **Preço global para o item único** (critério de julgamento: menor preço), em moeda corrente nacional (R\$), com a quantidade de casas decimais permitidas pelo sistema;
- c) Declaração de que o preço global contempla **todos os custos** necessários à perfeita execução do objeto, inclusive tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, deslocamentos, responsabilidade técnica (ART), materiais/equipamentos, instalação, comissionamento, documentação final e demais despesas diretas e indiretas.

9.2.1. É vedada a apresentação de condições ou vantagens não previstas neste Edital, bem como propostas com condições alternativas, ressalvadas aquelas expressamente admitidas no Termo de Referência.

9.3. ICMS e demais tributos. A formação de preços deverá observar integralmente a legislação tributária vigente na data da proposta. É de responsabilidade da licitante



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

verificar a aplicação de regras estaduais/municipais pertinentes. Eventuais diferenças de interpretação não ensejarão pleito de reajuste do preço ofertado.

9.4. Substituição/retificação antes da abertura. A proposta poderá ser inserida, substituída ou excluída até a data e hora designadas para a abertura da sessão pública, exclusivamente no sistema LICITANET.

9.5. Ausência de proposta readequada pós-lances. Encerrada a etapa de lances e definida a melhor oferta, **não será aberto prazo para envio de proposta readequada/realinhada**, considerando-se como proposta final o **valor global registrado no sistema** ao término da disputa e/ou da negociação, quando houver.

9.5.1. Para fins de instrução do processo e verificação de conformidade com o Termo de Referência, a Agente de Contratação poderá solicitar à licitante melhor classificada **esclarecimentos e documentos complementares** (ex.: memorial de atendimento aos requisitos, relação de equipamentos principais, cronograma executivo), **sem alteração do preço final e sem modificação do escopo** exigido. O não atendimento no prazo fixado no sistema poderá ensejar desclassificação.

9.6. Validade. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contados da **data da sessão pública de abertura**. Decorrido esse prazo sem convocação para assinatura do contrato, a licitante fica desobrigada do compromisso.

9.7. Irrevogabilidade após a abertura. Após a abertura, não caberá desistência da proposta. Os preços ofertados são de exclusiva responsabilidade da licitante, não assistindo direito à alteração por erro ou omissão, salvo por motivo justo superveniente e aceito pela Agente de Contratação, mediante diligência.

9.8. Preço máximo e execução integral do objeto. As licitantes deverão observar o **preço máximo aceitável** definido neste Edital, formulando proposta para execução **integral** do objeto e entregáveis previstos no **Anexo I – Termo de Referência**. Propostas em desconformidade serão desclassificadas.

9.9. Diligências e exequibilidade. A Agente de Contratação poderá solicitar esclarecimentos e complementações para perfeito conhecimento e julgamento, inclusive quanto à exequibilidade do preço global, com prazo definido no sistema. O não atendimento implicará desclassificação, observado o devido processo e as regras aplicáveis da Lei nº 14.133/2021.

9.10. Regra de prevalência. Em caso de divergência entre o valor informado no campo próprio do sistema e eventual documento anexo apresentado pela licitante, prevalecerá o **valor registrado no sistema**, por ser o que vincula a disputa e o julgamento, sem prejuízo de diligência para saneamento de erro material evidente, quando cabível.

9.11. Preços simbólicos/irrisórios e valores zero. São vedados preços simbólicos, inexecutáveis, irrisórios ou nulos, incompatíveis com os preços de mercado e com a execução integral do objeto. Identificada a ocorrência, a proposta poderá ser desclassificada.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

9.12. Suspensão e continuidade da sessão. Se não for possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, a Agente de Contratação poderá suspender a sessão e designar nova data para continuidade, com intimação pelo sistema.

9.13. Declaração trabalhista obrigatória. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, a declaração constante do anexo de modelos, afirmando que sua proposta econômica contempla integralmente os custos necessários ao cumprimento dos direitos trabalhistas vigentes na data de entrega da proposta, incluindo aqueles assegurados pela Constituição Federal, CLT e demais normas infralegais, bem como por convenções/acordos coletivos e termos de ajustamento de conduta aplicáveis.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES

10.1. A abertura da sessão ocorrerá por meio do sistema eletrônico **LICITANET**, na data e horário indicados neste Edital. As licitantes deverão acompanhar o andamento do certame exclusivamente pela plataforma.

10.2. Concluída a classificação inicial das propostas pelo sistema, a Agente de Contratação dará início à fase competitiva, na qual as licitantes poderão ofertar **lances sucessivos** exclusivamente pelo sistema eletrônico, observando **intervalo mínimo de R\$ 100,00 (cem reais)** entre lances, sobre o **valor global do item único**.

10.3. Na fase de lances, serão aceitos apenas lances em moeda corrente nacional (R\$), com **até 2 (duas) casas decimais**, considerados os requisitos e entregáveis do **Anexo I – Termo de Referência**.

10.4. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital e de seus anexos, bem como aquelas com omissões ou irregularidades insanáveis.

10.5. O modo de disputa será **ABERTO**.

10.6. As propostas classificadas serão ordenadas por valor de forma crescente (do menor para o maior) e servirão como referência para a fase de disputa.

10.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo o que for recebido e registrado primeiro.

10.8. A licitante poderá ofertar lance acima do menor lance vigente, desde que inferior ao seu último lance e diferente de qualquer lance válido, observado o intervalo mínimo do item 10.2.

10.9. Preço máximo aceitável. Será desclassificada a proposta que apresentar **valor global final superior ao preço máximo aceitável** para a presente contratação, fixado em **R\$ 297.254,00 (duzentos e noventa e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais)**, conforme orçamento estimado do processo e parâmetros constantes



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

do **ETP** e do **Termo de Referência**, sem prejuízo das demais hipóteses de desclassificação previstas neste Edital e na legislação aplicável.

10.10. Durante a sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do menor lance vigente, **sem identificação do autor**.

10.11. Duração e prorrogação automática

I – A etapa de lances terá duração inicial de **10 (dez) minutos**;

II – Havendo lance nos **2 (dois) últimos minutos**, o sistema prorrogará automaticamente por **2 (dois) minutos**, sucessivamente, enquanto houver novos lances dentro do período prorrogado (inclusive lances intermediários);

III – Inexistindo novos lances na forma acima, a fase de lances será encerrada automaticamente;

IV – Excepcionalmente, e mediante decisão motivada, a Agente de Contratação poderá reiniciar a etapa de lances quando a segunda melhor proposta estiver em até **5%** da melhor oferta, desde que preservada a isonomia e o interesse público, com comunicação a todos no sistema.

10.12. Lance manifestamente em desacordo com as regras de disputa poderá ser cancelado pela Agente de Contratação no sistema. Poderá haver retirada de lance em outras fases, mediante solicitação motivada da licitante e anuência da Agente de Contratação.

10.13. Empate ficto – ME/EPP (LC 123/2006)

10.13. Ao final da fase de lances, aplicar-se-á o critério de desempate em favor de **ME/EPP**, quando cabível, considerando-se empate as situações em que a proposta dessas empresas seja igual ou até **5%** superior à melhor classificada.

10.13.1. Procedimento:

I – Identificado o empate, o sistema indicará na tela, e a ME/EPP melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à melhor oferta no prazo de **5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão;

II – Não ocorrendo o desempate, mantém-se a classificação original.

10.14. Preferência local e regional (LC Municipal nº 16/2016 e Decreto Municipal nº 20/2022)

10.14. Após o disposto no item 10.13, havendo empresas **locais** (sede no Município de Sapezal/MT) e **regionais** (sede no Estado de Mato Grosso), nesta ordem, situadas na margem de até **10%** do menor preço registrado, poderão ser convocadas pelo sistema para, em **5 (cinco) minutos**, apresentar nova proposta inferior ao menor preço, visando à classificação, observadas integralmente as condições e limites da legislação municipal citada.

10.15. Critérios de desempate remanescente

10.15. Persistindo empate entre propostas, observar-se-á, nesta ordem:

I – disputa final, com apresentação de nova proposta em ato contínuo, nos termos das regras do sistema;



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

II – aplicação sucessiva dos critérios previstos na **Lei nº 14.133/2021** e, quando cabível, das normas municipais aplicáveis ao certame, conforme previsto neste Edital.

10.16. Negociação

10.16. Encerrada a fase de lances, a Agente de Contratação poderá negociar pelo sistema com a primeira colocada, visando obter condição mais vantajosa, vedada a negociação em condições diversas das previstas no Edital.

10.16.1. A negociação poderá estender-se às demais licitantes, na ordem de classificação, quando a primeira colocada for desclassificada por manter preço acima do máximo aceitável após negociação.

10.17. A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.18. Encerrados os lances e a negociação, a fase competitiva será encerrada e o sistema divulgará a ordem final de classificação.

10.19. Proposta final no sistema (sem readequação)

10.19. Não será aberto prazo para envio de proposta readequada/realinhada. Para todos os efeitos, a proposta final será o **valor global registrado no sistema** ao término da disputa e/ou da negociação, quando houver.

10.19.1. Para verificação de conformidade com o **Termo de Referência** e análise de aceitabilidade/exequibilidade, a Agente de Contratação poderá solicitar, via sistema, **esclarecimentos e/ou documentos técnicos complementares** da licitante melhor classificada (por exemplo: memorial de atendimento aos requisitos do TR, relação de equipamentos principais e garantias, cronograma executivo), **sem alteração do preço final e sem modificação do escopo** exigido.

10.20. Desconexão e continuidade

10.20. Em caso de desconexão da Agente de Contratação, o sistema poderá permanecer acessível para recepção de lances. Quando possível, a Agente retomará a condução. Constatada influência direta na condução do certame, a sessão poderá ser suspensa com designação de nova data, mediante aviso no sistema.

10.21. Comunicação pelo sistema

10.21. O sistema disponibilizará campo próprio para mensagens entre a Agente de Contratação e as licitantes, de conhecimento público.

11. DA HABILITAÇÃO

11.0. Sequência prática (o passo a passo)

Encerrada a fase de lances e o julgamento das propostas → o sistema convocará a **1ª classificada para anexar a documentação de habilitação**.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

Prazo mínimo: será aberto no sistema **prazo não inferior a 2 (duas) horas** para o envio. O **Agente de Contratação** poderá **prorrogar** esse prazo, **mediante justificativa** registrada nos autos.

Análise da habilitação da 1ª classificada:

Se habilitada → abre-se a **fase recursal**.

Se inabilitada → a Administração **convocará a 2ª classificada, reabrindo o mesmo prazo**; e assim sucessivamente, **na ordem de classificação**.

Saneamento e diligências (art. 64 da Lei nº 14.133/2021) podem ocorrer **somente** para:

complementar **informações preexistentes** nos documentos já anexados; e/ou **atualizar** documento cuja **validade** tenha **expirado após** a data de recebimento das propostas.

Onde enviar: **exclusivamente** pelo módulo próprio na **LICITANET**. **Protocolos** não substituem documentos.

Validade de referência: conta-se pela **data-limite** de envio da habilitação.

Cumpra observar que documentos **ilegíveis**, com **rasuras** ou **incompletos** ensejam **inabilitação**, ressalvadas as hipóteses de saneamento acima.

11.1. Regras gerais de apresentação

a) **Em nome do mesmo CNPJ** da licitante:

I – Se **matriz**: documentos em nome da **matriz**;

II – Se **filial**: documentos em nome da **filial**, salvo os que, por natureza, são emitidos para a matriz (situação a comprovar).

b) **Formatos e assinaturas:** preferencialmente **PDF pesquisável**; quando couber, **assinatura digital ICP-Brasil**. Serão recusados arquivos **ilegíveis/com rasuras**. Arquivos **JPEG/JPG/PNG/DOC/DOCX** só quando **expressamente** previstos (modelos) e sempre **acompanhados de PDF**.

c) **Certidões sem prazo expresse:** aceitas se **emitidas há até 60 (sessenta) dias corridos** da data-limite de habilitação, salvo prazo específico deste edital.

d) **Originais/autenticadas:** o Agente poderá exigir **originais** ou **cópias autenticadas** em diligência; **consultas em sítios oficiais** (certidões eletrônicas) são meio idôneo de prova.

e) **Saneamento de falhas formais:** o Agente poderá **sanar erros** que não alterem a **substância** nem a **validade jurídica** dos documentos, por **despacho motivado** e com **publicidade** no processo.

f) **Reabertura de prazo comum para remanescentes:** na ausência de habilitadas, e **uma única vez**, o Agente poderá **reabrir prazo comum** às remanescentes, resguardada a **ordem de classificação** e o **interesse público**.

11.2. Checklist por categoria documental



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

11.2.1. Habilitação jurídica

1 – Identificação societária e representação. Documento(s) de identidade do **sócio-administrador** (ou do **presidente/diretor**, nas S.A.) ou do **representante** com **procuração** válida, conforme os atos constitutivos em vigor.

a) serão considerados documentos de identidade:

- (I)** as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores;
- (II)** Cédulas de identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, declaradas válidas por Lei Federal, tais como: a CREA, do CRC, etc.;
- (III)** a Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- (IV)** a Carteira Nacional de Habilitação com foto, na forma da Lei nº 9.503/97

2. Documento do representante + procuração (pública ou particular), quando atuar por terceiro.

3. Documentos societários (conforme o caso):

- a) **Registro comercial** (empresa individual);
- b) **Ato constitutivo/estatuto/contrato social** em vigor, com **todas as alterações** ou **consolidação**; nas **S.A.**, anexar **atos de eleição** dos administradores;
- c) **Inscrição no RCPJ**, quando couber;
- d) **Autorização/registo** para funcionamento no Brasil (empresa estrangeira), quando exigível.

O Documento societário, deve **refletir a versão atual** arquivada na Junta (comprovar por **certidão simplificada**).

4. Certidão simplificada da Junta Comercial (verifica quadro societário e enquadramento ME/EPP/MEI). A consulta ao **Simples Nacional não** substitui esta certidão.

5. Verificação de sanções. Comprovação de inexistência de impedimentos para licitar/contratar, mediante consultas atualizadas aos cadastros oficiais:

CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas;

CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência/CGU);

Cadastro de Inidôneos do TCU; e, quando aplicável, bases do **CNJ** relativas a condenações por improbidade/inelegibilidade, bem como **registros de sanções publicados no PNCP**.

A comprovação pode ser apresentada pela licitante, **sem prejuízo** de verificação de **ofício** pela Administração. **Constatada sanção com alcance impeditivo vigente para este ente**, a licitante será **inabilitada**.

6. Declaração de pleno atendimento aos requisitos (modelo – Anexo II).

7. Declaração de ME/EPP (art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021) – Anexo III, quando cabível.

8. Consórcios: documentos do item 7.6.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

9. Cooperativas: além dos itens acima, cumprir as exigências das Leis **5.764/1971** e **12.690/2012** (modelo de gestão, relação de cooperados que executarão o contrato, regularidades específicas etc.).

11.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

1. **CNPJ** atualizado.
2. **Inscrição estadual/municipal** ou **alvará** compatível (comprovar validade, se não constar no documento).
3. **Regularidade União** (RFB/PGFN – **certidão conjunta**).
4. **Regularidade estadual** (inclui **dívida ativa**).
5. **Regularidade municipal** (domicílio/sede da licitante).
6. **Regularidade com o Município de Sapezal/MT** (exigida de todas as empresas, inclusive aquelas não sediadas ou cadastradas no município.).
7. **FGTS** (CRF) – admite-se certificado **matriz** para **filial** quando houver **arrecadação centralizada**.
8. **CNDT** – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
9. **Declaração art. 7º, XXXIII, CF** (vedações ao trabalho de menores).
10. **Declaração Simples Nacional** (IN RFB 1.234/2012), **quando aplicável** (efeito apenas para **retenção** no pagamento; a **ausência não inabilita**).

Regras complementares

11.2.2.1. Admite-se a apresentação de **CND** (Certidão Negativa de Débitos) ou **CPEN** (Certidão Positiva com Efeitos de Negativa), conforme a legislação tributária aplicável.

11.2.2.2. Certidões consolidadas: quando o órgão emissor disponibilizar certidão **única/abrangente**, a licitante deverá anexar, juntamente com a certidão, a **norma/ato ou declaração oficial** que comprove que ela **abarca todos os tributos/obrigações** exigidos neste edital.

11.2.2.3. ME/EPP – regularização fiscal e trabalhista tardia (arts. 42 e 43 da **LC nº 123/2006**): constatada restrição, será assegurado à licitante **declarada vencedora** o prazo de **5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período**, contado da **declaração de vencedora**, para comprovar a **regularização** (apresentação de **CND/CPEN, pagamento ou parcelamento** do débito). Não sanada a restrição no prazo, a licitante será **inabilitada**, com **convocação da subsequente**, observada a ordem de classificação.

11.2.2.4. O tratamento diferenciado da LC nº 123/2006 **não dispensa** a entrega de **toda** a documentação de habilitação; ele apenas **permite regularizar o conteúdo** que se encontrar **irregular**, dentro dos prazos legais.

11.2.3. Qualificação econômico-financeira

1. **Certidão do Distribuidor** (sede da licitante).

Comprovação de situação quanto a **falência, insolvência civil e recuperação judicial/extrajudicial** (ações **por e contra** a licitante).

– Empresas em **recuperação** podem participar **desde que** apresentem **certificação**



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

judicial de aptidão econômico-financeira e atendam aos demais requisitos deste edital e da legislação.

2. Demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios (2023 e 2024), já exigíveis na forma da lei; **vedados** balancetes e balanços provisórios.

– Admitida **atualização monetária** quando encerrados há mais de **3 (três) meses**, pelo **IGP-DI/FGV** (ou índice que o substitua).

– **Constituída há menos de 2 anos**: apresentar o **último exercício** disponível.

– **Constituída no exercício corrente**: apresentar **Balanco de Abertura + declaração do contador com previsão de faturamento**.

Formas de comprovação (uma das seguintes):

I) **SPED-ECD**, com **Recibo de Entrega e assinaturas digitais**;

II) **Autenticação na Junta Comercial**, com **Termo de Autenticação – Livro Digital**;

III) **Publicação** em órgão oficial/jornal equivalente.

Todos os demonstrativos devem estar **assinados** pelos **administradores** e por **contador habilitado**.

3) Índices econômico-financeiros.

3.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar os seguintes índices, calculados a partir do Balanco Patrimonial exigido neste edital:

I – **Liquidez Geral (LG)** = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II – **Solvência Geral (SG)** = Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

III – **Liquidez Corrente (LC)** = Ativo Circulante / Passivo Circulante.

3.2. Considerar-se-á atendida esta exigência quando **todos os índices** (LG, SG e LC) resultarem **igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero)**.

3.3. Índices inferiores a 1,0 e patrimônio líquido mínimo. Na hipótese de qualquer um dos índices LG, SG ou LC apresentar resultado **inferior a 1,0**, a licitante poderá ainda ser considerada apta desde que comprove possuir **Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, observado o seguinte:

I – no caso de **empresa individualmente considerada**, o Patrimônio Líquido mínimo exigido será de até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma do art. 69, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

II – no caso de **consórcio**, a comprovação do Patrimônio Líquido dar-se-á na forma do art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021, vedada a exigência de Patrimônio Líquido individual superior a 10% (dez por cento) para cada consorciada.

3.4. Deverá ser anexado **memorial de cálculo dos índices**, assinado por profissional da área contábil habilitado, com indicação das contas utilizadas e dos valores



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

extraídos das demonstrações contábeis apresentadas, nos termos do art. 69, §1º, da Lei nº 14.133/2021. A Administração poderá refazer os cálculos em diligência, para conferência.

11.2.4. Qualificação técnica

A) Qualificação técnico-profissional (Responsável(is) Técnico(s) – RT)

A.1. Registro e regularidade. Comprovar a inscrição e regularidade do(s) responsável(is) técnico(s) no **CREA** (ou conselho profissional competente, quando aplicável), com situação vigente.

A.2. Vínculo/disponibilidade do RT. Comprovar a disponibilidade do(s) RT(s) por uma das seguintes formas:

- I – sócio constante do ato constitutivo;
- II – administrador/diretor;
- III – empregado (CTPS e/ou eSocial); ou
- IV – prestador de serviços com **contrato escrito**.

A.2.1. Admite-se, alternativamente, **declaração de compromisso de vinculação futura** do RT, desde que apresentada pela licitante e pelo profissional, e formalizada a vinculação **antes da assinatura do contrato**, se vencedora.

A.3. Acervo técnico do profissional. Apresentar comprovação de que o RT executou serviço(s) de complexidade semelhante ao objeto, mediante **ART(s)** e, quando aplicável, **Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT** emitida(s) pelo CREA, compatíveis com a atividade de **implantação/instalação e comissionamento de sistema fotovoltaico conectado à rede**.

B) Qualificação técnico-operacional (Empresa)

B.1. Registro profissional. Comprovar o registro e a regularidade da empresa licitante junto ao **CREA** (ou conselho competente, quando aplicável), compatível com o objeto.

B.2. Capacidade técnico-operacional. Apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica** em nome da empresa licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a execução anterior de objeto **similar**, entendendo-se como similar, no mínimo: **implantação/instalação e comissionamento de sistema fotovoltaico conectado à rede (geração distribuída)**.

B.2.1. Quantitativo mínimo. Para fins de proporcionalidade e comprovação de aptidão, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar potência instalada mínima de **44 (quarenta e quatro) quilowatt-pico**, admitindo-se:

- I – **atestado único**, ou
- II – **somatório de atestados**, desde que, em conjunto, atendam ao quantitativo mínimo e mantenham pertinência técnica com o escopo do Termo de Referência.

B.2.2. Conteúdo obrigatório do atestado (público ou privado). O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

- a) identificação do emitente (razão social, CNPJ, endereço e contato) e da contratada atestada (razão social e CNPJ);
- b) objeto executado, local, período/tempo de execução e situação de recebimento/aceite;
- c) quantitativos e principais características técnicas compatíveis (incluindo a potência instalada em kWp, quando aplicável);
- d) menção ao desempenho satisfatório;
- e) data, nome, cargo/função e assinatura do responsável pela emissão.

B.2.3. Atestado emitido por órgão/entidade da Administração Pública. Preferencialmente acompanhado de termo de recebimento (provisório/definitivo) ou documento equivalente. A Administração poderá diligenciar ao emitente para confirmação.

B.2.4. Atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado. Deverá ser acompanhado, sempre que necessário à validação, de documentos de suporte que evidenciem a execução (por exemplo: contrato/instrumento equivalente, notas fiscais, ordens de serviço, termos de aceite/recebimento, relatórios ou registros de comissionamento). A Administração poderá diligenciar ao emitente e solicitar documentação adicional.

B.3. Análise de similaridade/pertinência. A compatibilidade e equivalência de complexidade serão avaliadas pela Administração, à luz do **Termo de Referência (Anexo I)**, considerando tecnologia empregada, porte, interfaces elétricas, comissionamento e condicionantes relevantes.

B.4. Observações gerais.

- I – é **vedado** exigir que os atestados sejam exclusivamente de entes públicos; serão aceitos atestados de pessoas jurídicas públicas ou privadas, na forma desta seção;
- II – serão desconsiderados atestados emitidos em nome diverso da licitante ou que não permitam comprovar execução efetiva e compatível com o objeto;
- III – inconsistências formais poderão ser saneadas por diligência, **sem alteração da substância do documento**.

C) Estrutura e equipe

C.1. Apresentar **declaração de disponibilidade de aparelhamento e equipe** compatíveis com a execução do objeto (modelo do edital), indicando, no mínimo, pessoal técnico e recursos necessários para instalação, testes/comissionamento e entrega do sistema em funcionamento.

D) Visita técnica / Declaração de conhecimento

D.1. A **visita técnica é facultativa**, recomendada para conhecimento das condições locais (acesso, cobertura/estrutura, quadro elétrico, ponto de conexão e demais particularidades).

D.2. A licitante poderá optar por apresentar:

- I – **Atestado de Visita Técnica**, assinado por representante da licitante e por servidor/designado da Câmara; **ou**



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

II – **Declaração de conhecimento das condições do local**, afirmando que conhece as condições de execução e que não alegará desconhecimento futuro como fundamento para pleitos técnicos/financeiros indevidos (modelo do edital).

D.3. Agendamento (quando houver visita): administrativo@sapezal.mt.leg.br (com cópia para camarasapezal@hotmail.com), com atendimento de segunda a sexta-feira, das **07h00 às 13h00**, do 1º dia útil após a publicação até o dia útil anterior à abertura da sessão.

E) Regras para atestados e declarações

E.1. Os documentos deverão identificar claramente o emitente (papel timbrado ou equivalente), conter CNPJ/endereço, nome, cargo/função, telefone/e-mail e assinatura do responsável.

E.2. A Administração poderá diligenciar junto ao emitente e solicitar cópias de contratos/aditivos e demais comprovantes.

E.3. Vedados:

I – atestados emitidos em nome da própria licitante;

II – atestados de “testes”, “demonstrações” ou “apresentações” sem natureza contratual e sem comprovação de execução.

12. DO JULGAMENTO

12.1. Critério. O julgamento observará o critério de **MENOR PREÇO**, com **adjudicação por item único (preço global)**, sendo vencedora a licitante que, atendidas todas as exigências deste Edital e de seus anexos, apresentar o **menor valor global aceitável**.

12.2. Proposta final no sistema (sem readequação). Encerrada a etapa de lances e eventual negociação, **não será aberto prazo para envio de proposta readequada/realinhada**. Para todos os efeitos, considerar-se-á proposta final o **valor global registrado no sistema** ao término da disputa e/ou negociação, quando houver.

12.3. Aceitabilidade, conformidade e diligências. A Agente de Contratação poderá promover diligências e solicitar esclarecimentos para perfeito conhecimento da proposta e para confirmação de **conformidade com o Termo de Referência (Anexo I)** e demais anexos, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, fixando prazo para resposta e juntada de comprovações.

12.3.1. Para fins de análise de conformidade e aceitabilidade, a Administração poderá solicitar da licitante melhor classificada **documentos técnicos complementares**, como, por exemplo: memorial de atendimento aos requisitos do Termo de Referência, relação dos equipamentos principais (com garantias), e cronograma executivo sintético, **sem alteração do preço final e sem modificação do escopo/entregáveis mínimos**.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

12.4. Inexequibilidade – regra geral. Considerar-se-á inexequível a proposta cuja viabilidade não seja demonstrada por documentação idônea que comprove a coerência dos custos com os preços de mercado e com a execução integral do objeto, observado o Termo de Referência e as regras deste Edital.

12.5. Inexequibilidade presumida e garantia adicional (quando aplicável). Sendo o objeto enquadrado como **serviço de engenharia**, aplicam-se as regras do art. 59, §3º e §4º, da Lei nº 14.133/2021:

I – serão **presumidas inexequíveis** as propostas com valores inferiores a **75%** do valor orçado pela Administração;

II – será exigida **garantia adicional** da licitante vencedora cuja proposta seja inferior a **85%** do valor orçado, equivalente à diferença entre 85% do orçamento e o valor proposto, sem prejuízo das demais garantias previstas neste Edital e no contrato.

12.5.1. A garantia adicional, quando exigível, será apresentada por ocasião da contratação, em uma das modalidades do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, somando-se à garantia contratual, quando prevista.

12.6. Preço máximo aceitável. Para fins de julgamento e aceitabilidade, fica estabelecido como **preço máximo admitido** o valor global de **R\$ 297.254,00 (duzentos e noventa e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais)**, correspondente ao orçamento estimado da Administração. Serão **inaceitáveis** propostas que o ultrapassem.

12.7. Hipóteses de desclassificação. Serão desclassificadas as propostas que:

I – não atendam às especificações técnicas, requisitos mínimos, entregáveis, prazos ou condições do **Termo de Referência (Anexo I)**;

II – contenham vícios insanáveis;

III – apresentem preços inexequíveis ou não demonstrem exequibilidade quando exigido;

IV – permaneçam com valor global **acima do preço máximo aceitável** após lances/negociação;

V – descumpram outras exigências essenciais deste Edital.

12.8. Fundamentação e publicidade. A desclassificação será **fundamentada** e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as licitantes.

12.9. Convocação sucessiva. Se a proposta da primeira classificada for desclassificada (por julgamento/aceitabilidade) ou se a licitante não atender à habilitação, a Agente de Contratação examinará a proposta/documentação da segunda classificada, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de licitante que atenda integralmente ao Edital, observado o art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

12.10. Apoio técnico. A Agente de Contratação poderá contar com suporte de **profissional técnico designado pela Câmara Municipal**, para auxiliar na análise de conformidade técnica da proposta com o Termo de Referência (requisitos, entregáveis, garantias, comissionamento, monitoramento e documentação final), emitindo manifestação técnica para subsidiar a decisão de julgamento.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

12.10.1. A manifestação técnica terá caráter **opinativo** e não transfere a competência decisória da Agente de Contratação ou da autoridade competente, que permanecem responsáveis pelos atos do julgamento.

12.10.2. O profissional designado declarará ausência de conflito de interesses e observará impessoalidade, sigilo e integridade na análise dos documentos, sem prejuízo de diligências complementares.

12.11. Sequência com a habilitação. Sendo aceitável a proposta de menor preço, proceder-se-á à análise da habilitação da respectiva licitante para confirmação de suas condições.

12.12. Suspensão e continuidade. A Agente de Contratação poderá suspender a sessão para melhor análise técnica ou documental, designando data e horário para continuidade, com comunicação pelo sistema (chat/avisos) e registro em ata.

12.13. Encerramento da fase e encaminhamento. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias e superada a fase recursal, o processo será submetido à autoridade competente para as providências cabíveis, incluindo adjudicação e homologação, ou adoção das medidas legais de saneamento, revogação ou anulação, conforme o caso.

13. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

13.1. Legitimidade, canal e prazo. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** o edital por irregularidade na aplicação da **Lei nº 14.133/2021** ou para **solicitar esclarecimentos** sobre seus termos. O protocolo será realizado **exclusivamente** pela plataforma **LICITANET**, até o **terceiro dia útil anterior** à data marcada para a **abertura da sessão** (horário de Brasília), não sendo admitido outro meio.

13.2. Resposta e publicidade. As respostas a impugnações e pedidos de esclarecimento serão disponibilizadas **na própria plataforma** e divulgadas em **sítio eletrônico oficial** (sem prejuízo de divulgação no **PNCP**), no prazo de **até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior** à abertura da sessão.

13.2.1. Prorrogação motivada. Se a análise demandar **parecer técnico, jurídico, científico ou financeiro**, o prazo de resposta poderá ser **prorrogado**, mediante **justificativa** registrada nos autos; caso tal prorrogação **inviabilize a manutenção da data** originalmente prevista para a sessão, o Agente de Contratação **poderá suspender e redesignar** a abertura, com ampla ciência às interessadas.

13.3. Efeito e providências. A apresentação de impugnação **não suspende** o certame, **salvo decisão** do Agente de Contratação. Havendo **alterações no edital**, será promovida **nova divulgação** pelos mesmos meios da publicação original e, quando a modificação **impactar a formulação das propostas**, serão **reabertos os prazos** pertinentes, observados os **prazos mínimos legais**.

13.4. Tipificação penal. Quem **impedir, perturbar ou fraudar** a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, assegurados o **contraditório** e a **ampla**



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

defesa, estará sujeito à pena de **detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos**, e **multa**, nos termos do **art. 337-I do Código Penal**.

14. DOS RECURSOS

14. DOS RECURSOS

14.1. Cabimento e prazo. Dos atos praticados neste certame caberá recurso administrativo, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da intimação no sistema ou da lavratura da ata, em face de:

- I** – Ato que defira ou indefira a pré-qualificação de interessado ou a inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- II** – Julgamento das propostas;
- III** – Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- IV** – Anulação ou revogação da licitação;
- V** – Extinção do contrato determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- VI** – Aplicação de sanções administrativas.

14.2. Pedido de reconsideração. Caberá pedido de reconsideração, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação, nas hipóteses em que não couber recurso hierárquico, especialmente em face de sanções cujas decisões sejam de competência exclusiva de autoridade que não possua superior hierárquico.

14.3. Forma e canal. A intenção de recorrer deverá ser manifestada **imediatamente**, em campo próprio da plataforma **LICITANET**, assim que o Agente de Contratação declarar o vencedor ou o encerramento da fase de habilitação, sob pena de preclusão.

14.3.1. A interposição das **razões** e das **contrarrazões** será realizada exclusivamente via sistema, não sendo admitido o uso de "chat", e-mail ou qualquer outro meio externo.

14.4. Prazos correlatos.

I – O prazo para apresentação das **razões** do recurso terá início após o encerramento da sessão pública em que foi manifestada a intenção, ou conforme cronograma definido pelo Agente de Contratação no sistema.

II – O prazo para **contrarrazões** será idêntico ao do recurso (**3 dias úteis**), iniciando-se imediatamente após o término do prazo das razões, sendo a contagem e o controle processados automaticamente pela plataforma.

III – Será assegurada vista imediata dos elementos e documentos indispensáveis à defesa dos interesses dos licitantes diretamente no ambiente virtual.

14.5. Efeito. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato impugnado até a decisão final da autoridade competente, preservando-se a continuidade do procedimento nos demais aspectos que não dependam diretamente do ato recorrido.

14.6. Processamento e Julgamento. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação que praticou o ato.

I – Caso não haja reconsideração da decisão em até **3 (três) dias úteis**, o Agente de Contratação encaminhará o recurso devidamente motivado à autoridade superior.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

II – A autoridade superior deverá proferir decisão definitiva no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

14.7. Fase Recursal Única. Os recursos relativos ao julgamento das propostas e à habilitação serão apreciados em **fase única**, logo após a declaração do vencedor. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8. Admissibilidade. O Agente de Contratação ou a Autoridade Superior poderá, motivadamente, não conhecer de recursos intempestivos, inadequados ou subscritos por quem não detém poderes de representação, consignando tal fundamentação em ata.

14.9. Ônus da prova. A alegação de que a proposta de terceiro é inexecutável ou que não atende às especificações técnicas deverá ser acompanhada de prova documental ou memória de cálculo que fundamente a insurgência, sob pena de indeferimento por falta de motivação fática.

14.10. Desistência. A licitante poderá desistir da intenção de recorrer ou do recurso já interposto diretamente no módulo recursal da plataforma, visando a celeridade processual.

14.11. Adjudicação e Homologação. Uma vez decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos, a autoridade competente procederá à adjudicação do objeto e à homologação do certame, ou adotará as providências de saneamento, revogação ou anulação, conforme o caso.

15. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1. Metodologia, diretrizes e normas. A execução deverá observar integralmente as normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao sistema fotovoltaico e às instalações elétricas, bem como as regras de segurança do trabalho e as diretrizes previstas neste Edital e no **Termo de Referência (Anexo I)**. A contratada deverá seguir as especificações mínimas, requisitos de desempenho, entregáveis e critérios de aceite definidos no Termo de Referência, sem redução de escopo.

15.2. Escopo e etapas de execução. A execução compreenderá, de forma integrada e indissociável, no mínimo:

- I – levantamento técnico no local e conferência de condições de instalação e ponto de conexão;
- II – elaboração do **projeto executivo** e demais documentos técnicos exigíveis, com emissão das respectivas **ART(s)**;
- III – fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários;
- IV – instalação completa (corrente contínua e corrente alternada), adequações no ponto de conexão e proteções, conforme Termo de Referência;
- V – comissionamento, testes e ativação do sistema, com evidências objetivas de funcionamento;



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

- VI – disponibilização do **monitoramento**, com entrega das credenciais de acesso à Administração;
- VII – treinamento básico dos usuários indicados pela Câmara;
- VIII – entrega do dossiê técnico final “**conforme executado**”, garantias e documentação de responsabilidade técnica;
- IX – instrução e acompanhamento do **processo de acesso/homologação junto à distribuidora/concessionária**, quando aplicável, conforme disciplinado no Termo de Referência.

15.3. Cronograma executivo e mobilização. Antes do início das atividades em campo, a contratada apresentará à fiscalização:

- I – **cronograma executivo** com as principais etapas e marcos de entrega;
- II – plano de mobilização (equipe, meios de acesso, logística de materiais e equipamentos);
- III – plano de segurança para atividades em eletricidade e, quando houver, trabalho em altura;
- IV – indicação do **preposto** responsável pela interlocução com a fiscalização. A execução em campo somente poderá ser iniciada após **Ordem de Serviço**.

15.4. Compatibilização e dúvidas técnicas (comunicação formal). Quaisquer dúvidas, divergências, omissões, inconsistências ou impedimentos técnicos identificados durante a execução deverão ser comunicados formalmente à fiscalização, antes da continuidade da etapa afetada, com descrição do fato, impacto e proposta técnica de solução. A contratada não poderá alegar desconhecimento posterior das condições do local, das exigências do Termo de Referência ou das normas aplicáveis.

15.5. Responsabilidade técnica e registros. A contratada manterá responsável(is) técnico(s) habilitado(s) durante toda a execução, com **ART(s)** pertinentes ao projeto e à execução/instalação, devendo apresentar à fiscalização, quando solicitado, registros técnicos e evidências de conformidade (relatórios, registros fotográficos essenciais, listas de verificação e documentos de comissionamento).

15.6. Controle de qualidade, testes e comissionamento. A contratada deverá realizar todos os testes, verificações e procedimentos de comissionamento previstos no Termo de Referência e/ou exigidos pela boa prática técnica, incluindo a checagem de conexões, proteções, parametrizações, funcionamento do monitoramento e desempenho inicial do sistema. Quando aplicável, deverão ser apresentados laudos, certificados e relatórios de testes, de forma organizada e rastreável.

15.7. Segurança do trabalho e proteção ambiental. É obrigatória a observância das normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis, especialmente as relativas a **serviços em eletricidade** e **trabalho em altura** (quando houver). A contratada é responsável por EPIs, EPCs, sinalização, treinamentos e procedimentos operacionais necessários, bem como pela adoção de medidas de prevenção de acidentes e proteção do patrimônio público.

15.7.1. A contratada deverá realizar a gestão adequada de resíduos e sobras de materiais decorrentes da instalação, providenciando acondicionamento, retirada e



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

destinação conforme legislação aplicável e boas práticas, sem depósito irregular nas dependências da Câmara.

15.8. Interface com a distribuidora/concessionária. Quando aplicável, a contratada deverá conduzir e acompanhar o processo de acesso/homologação junto à distribuidora/concessionária, incluindo protocolos, acompanhamento de exigências e atendimento às solicitações técnicas pertinentes. Exigências adicionais somente serão incorporadas quando formalmente documentadas no processo de acesso, conforme disciplina do Termo de Referência e do contrato.

15.9. Medição/atesto e pagamentos. Os pagamentos, quando devidos, estarão condicionados ao **atesto da fiscalização** quanto ao cumprimento dos marcos, entregáveis e documentação exigida para a etapa correspondente, conforme regras do Termo de Referência e do contrato. Não serão aceitas medições/atestes de atividades executadas fora do escopo, sem autorização formal ou em desacordo com os requisitos técnicos.

15.10. Alterações e reprogramações. Qualquer modificação de escopo, prazo ou inclusão de obrigações não previstas dependerá de **autorização formal** da Administração, devidamente justificada e registrada em processo, observadas as regras legais de alterações contratuais e a disciplina de riscos/reequilíbrio, quando cabível.

15.11. Interferências, impedimentos e terceiros. Identificadas interferências técnicas (ponto de conexão, limitações de espaço, condições de cobertura/estrutura, restrições de acesso, ou exigências supervenientes devidamente formalizadas), a contratada comunicará imediatamente a fiscalização, apresentando proposta técnica para tratamento. A continuidade da etapa afetada dependerá de orientação formal da Administração.

15.12. Entregáveis intermediários. Sempre que aplicável, a contratada apresentará entregáveis intermediários e evidências de execução, tais como: projeto executivo aprovado pela fiscalização, relatórios fotográficos essenciais, registros de instalação, listas de verificação, e relatórios de testes/comissionamento.

15.13. Entrega final. Ao término, a contratada entregará, no mínimo:

- I – documentação técnica final “**conforme executado**” (diagramas, registros, dados do sistema, e demais peças previstas no Termo de Referência), em formato digital;
- II – manuais e garantias dos equipamentos e da instalação;
- III – ART(s) de conclusão e demais comprovações técnicas exigidas;
- IV – credenciais de acesso ao monitoramento (perfil administrador) e orientações de uso;
- V – comprovação das providências adotadas no processo de acesso/homologação junto à distribuidora/concessionária, quando aplicável, conforme Termo de Referência.
- VI – O recebimento provisório e definitivo observará o Termo de Referência, o contrato e a legislação aplicável.

15.14. Subcontratação e coordenação. Admitida subcontratação parcial nos termos deste Edital e do Termo de Referência, a contratada deverá coordenar integralmente



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

as subcontratadas, permanecendo única e integralmente responsável pela conformidade técnica, prazos, garantias e resultados contratados.

15.15. Comunicação, fiscalização e preposto. A contratada deverá atender prontamente às comunicações e determinações da fiscalização/gestão contratual, mantendo **preposto** com poderes para representar a contratada e receber instruções, inclusive para agendamento de vistorias, testes e acompanhamentos no local.

16. PRAZO DE EXECUÇÃO

16.1. Prazo global de execução do objeto. O prazo máximo para execução completa do objeto, compreendendo **projeto executivo, fornecimento, instalação, comissionamento, ativação, entrega do monitoramento, treinamento e entrega do dossiê técnico final**, com entrega do sistema em **pleno funcionamento**, é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da emissão da **Ordem de Serviço – OS**, conforme o **Termo de Referência (Anexo I)**.

16.1.1. Condições para emissão da OS. A Ordem de Serviço será emitida após a assinatura do contrato e a comprovação, pela contratada, do atendimento às condições iniciais previstas neste Edital e no Termo de Referência, especialmente:

- I – apresentação das garantias contratuais, **quando exigidas**;
- II – apresentação da(s) **ART(s)** pertinente(s) ao projeto e à execução/instalação;
- III – indicação formal do **preposto** e do(s) responsável(is) técnico(s);
- IV – apresentação do **cronograma executivo**, quando solicitado pela Administração.

16.1.2. Início das atividades. Emitida a Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar a execução conforme planejamento aprovado/aceito pela fiscalização, mantendo interlocução permanente com a gestão e fiscalização contratual.

16.1.3. Prazo de vigência contratual. O prazo de vigência do contrato será de **150 (cento e cinquenta) dias corridos**, contado da data de sua assinatura, de modo a abranger a execução, o recebimento provisório e o recebimento definitivo, admitidas prorrogações nas hipóteses legais e nas condições previstas neste Edital e no contrato.

16.2. Interface com a distribuidora/concessionária

16.2.1. Quando aplicável ao processo de acesso, a contratada deverá **protocolar e acompanhar** o processo junto à distribuidora/concessionária, apresentando à fiscalização os comprovantes de protocolo e de atendimento às diligências, nos termos do Termo de Referência.

16.2.2. A emissão de documento de aceite/homologação pela distribuidora/concessionária, quando depender de prazo de terceiro, não exime a contratada de cumprir suas obrigações dentro do prazo de execução, devendo comprovar o **protocolo tempestivo** e o **cumprimento integral** das exigências sob sua responsabilidade, sem pendências imputáveis.

16.3. Suspensão, reprogramação e prorrogação de prazos

16.3.1. Os prazos poderão ser suspensos ou reprogramados, mediante justificativa e comprovação, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital, incluindo:



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

- I – fato da Administração que impeça a execução;
- II – caso fortuito ou força maior;
- III – exigência superveniente da distribuidora/concessionária devidamente formalizada e comprovada, com impacto direto no caminho crítico, **desde que não decorrente de falha da contratada.**

16.3.2. A contratada deverá comunicar formalmente o evento e seu impacto em prazo razoável e comprovável, instruindo o pedido com documentos e evidências. A reprogramação/prorrogação dependerá de decisão formal da Administração, com registro nos autos.

16.4. Descumprimento de prazos

16.4.1. O descumprimento injustificado do prazo de execução e/ou das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções e demais consequências previstas neste Edital, no contrato e na legislação aplicável.

17. DO CONTRATO

17.1. Condições para contratar. Como condição para a celebração do contrato, a licitante vencedora deverá **manter válidas** todas as condições de habilitação, nas mesmas bases exigidas neste Edital.

17.2. Prazos de execução e vigência.

17.2.1. O **prazo de execução** do objeto será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da emissão da **Ordem de Serviço**, conforme **Termo de Referência (Anexo I)**.

17.2.2. O **prazo de vigência contratual** deverá contemplar o prazo de execução e o recebimento definitivo, sendo adotado, como referência, **150 (cento e cinquenta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, conforme **Termo de Referência (Anexo I)**.

17.3. Justificativa da vigência além da execução. A vigência superior ao prazo estrito de execução visa:

- I – possibilitar eventuais dilatações justificadas do prazo de execução, sem quebra de continuidade contratual;
- II – assegurar tempo hábil para atestos, liquidação e pagamentos;
- III – permitir correções entre o recebimento provisório e o definitivo;
- IV – englobar formalmente ambos os recebimentos e obrigações finais.

17.4. Convocação para assinatura. Homologado e adjudicado o certame, a Câmara convocará a vencedora para assinar o contrato em até **5 (cinco) dias úteis**, admitida uma prorrogação por igual período, se solicitada e justificada durante o transcurso do prazo e aceita pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.4.1. Não sendo a licitante convocada dentro do prazo de validade da proposta, ficará liberada do compromisso.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

17.5. Remanescentes. Na hipótese de a convocada não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratar nas condições da vencedora, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.6. Negociação com remanescentes. Se ninguém aceitar contratar nos termos do item 17.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

- I – negociar com remanescentes, na ordem de classificação, visando à obtenção de melhor condição, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- II – adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos remanescentes, respeitada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação.

17.7. Recusa injustificada do adjudicatário. A recusa injustificada em assinar o contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo caracterizará descumprimento total da obrigação, sujeitando a licitante às sanções legais e à perda da garantia de proposta, quando houver.

17.8. Exceção aos remanescentes. O disposto no item 17.7 não se aplica aos remanescentes convocados na forma do item 17.6, inciso I.

17.9. Habilitação superveniente. Havendo interesse em contratar remanescente que ainda não tenha sido habilitado, será designada sessão para apresentação e análise dos documentos, nos termos deste Edital.

17.10. Contratação por rescisão. Em caso de rescisão contratual, poderá ser convocada a ordem de classificação remanescente para contratação do **remanescente do objeto**, nas condições previstas nos itens 17.5 a 17.8, observada a legislação aplicável.

17.11. Validade da proposta. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratar, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

17.12. Forma e publicidade. Os contratos e aditivos terão forma escrita, serão juntados aos autos do processo e divulgados no PNCP e em sítio eletrônico oficial, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.13. Sigilo. Poderá ser resguardado o sigilo de contratos e termos aditivos imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação de acesso à informação.

17.14. Direitos reais sobre imóveis. Contratos relativos a direitos reais serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, a ser divulgada e mantida à disposição do público, quando aplicável.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

17.15. Verificações prévias. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultará CEIS e CNEP e emitirá as certidões cabíveis, juntando-as ao processo.

17.16. Instrumento contratual. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas hipóteses legais em que poderá ser substituído por outro instrumento hábil, conforme a Lei nº 14.133/2021.

17.17. Ordem de Serviço. A assinatura do contrato não gera obrigação imediata de iniciar a execução. O início dependerá de **Ordem de Serviço**, que especificará o objeto, marcos, prazos e condições de início, conforme este Edital e o Termo de Referência.

17.18. Subcontratação. É vedada a subcontratação total do objeto. Admite-se subcontratação parcial, nos termos do item 2.7 deste Edital, com anuência prévia da Administração e vedação às parcelas de maior relevância técnica.

17.19. Suspensão ou paralisação. A Administração poderá, por conveniência administrativa ou financeira, paralisar ou suspender a execução, mediante decisão motivada. A contratada fará jus aos ressarcimentos previstos na Lei nº 14.133/2021, quando cabíveis, e às reprogramações necessárias.

17.20. Execução e responsabilidade. O contrato deverá ser fielmente executado conforme suas cláusulas, este Edital, o Termo de Referência e a Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial.

17.21. Alterações e extinção. Os contratos poderão ser alterados e extintos nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

17.21.1. O contratado aceitará acréscimos e supressões dentro dos limites legais aplicáveis, desde que formalizados e motivados.

17.22. Decisão administrativa em requerimentos. A Administração decidirá expressamente as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes.

17.23. Obrigações das partes. As obrigações da Contratante e da Contratada estão detalhadas na **Minuta de Contrato** e no **Termo de Referência (Anexo I)**, inclusive quanto a fiscalização, emissão de Ordem de Serviço, marcos de entrega, critérios de aceite, documentação final, garantias e responsabilidades técnicas.

18. DA GARANTIA

18.1. Garantia de execução contratual. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período a critério da Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de **garantia de execução contratual** correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratual, em uma das modalidades previstas no **art. 96** da Lei nº 14.133/2021:
I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
II – seguro-garantia;



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

III – fiança bancária.

18.1.1. Vigência. A garantia deverá manter-se válida durante toda a vigência contratual e eventuais prorrogações, até sua liberação nos termos deste item.

18.1.2. Substituição. A modalidade de garantia poderá ser substituída por outra prevista no art. 96, mediante anuência da Administração e **sem redução do valor exigido**.

18.1.3. Distinção entre garantia contratual e garantias técnicas. A garantia contratual de que trata esta cláusula **não substitui** nem limita as **garantias técnicas de equipamentos, componentes e da instalação/execução** previstas no **Termo de Referência (Anexo I)** e no contrato, as quais permanecem exigíveis nos prazos e condições ali definidos, ainda que a garantia contratual seja liberada.

18.2. Recomposição em caso de acréscimos. Ocorrendo acréscimo do valor contratual, a garantia deverá ser recomposta pela contratada, de forma a preservar o percentual exigido, no prazo a ser fixado pela Administração, observadas as modalidades do art. 96.

18.3. Condição para emissão da Ordem de Serviço. A **Ordem de Serviço** será expedida apenas após a comprovação da prestação da garantia, quando exigida no contrato. A ausência de prestação no prazo ajustado sujeitará a contratada às sanções cabíveis, podendo ensejar a rescisão e a convocação de remanescentes, na forma da lei e deste Edital.

18.4. Seguro-garantia (requisitos). Optando a contratada por **seguro-garantia de execução contratual**, a apólice deverá:

- I – indicar a Administração como beneficiária, com vigência compatível com a do contrato (incluindo prorrogações), prevendo renovação quando necessária;
- II – prever mecanismos de acompanhamento da execução pela seguradora, com acesso a informações estritamente necessárias ao fiel cumprimento das obrigações (inclusive auditorias técnicas/contábeis, quando cabíveis);
- III – conter cláusulas compatíveis com as regras legais de execução da garantia e com as disposições do contrato.

18.4.1. Cláusula de retomada (step-in). Quando pactuada na apólice e/ou exigível na forma da Lei nº 14.133/2021, poderá ser prevista cláusula de retomada (**step-in**), hipótese em que a seguradora poderá assumir e concluir a execução, observadas as condições legais e contratuais.

18.4.2. Na hipótese de assunção da execução pela seguradora (ou por empresa por ela indicada), a emissão de empenho e quaisquer pagamentos dependerão de **regularidade fiscal** e demais exigências aplicáveis ao contratado, sem prejuízo das condições específicas previstas na apólice e no contrato.

18.5. Execução da garantia. A garantia poderá ser executada pela Administração para ressarcimento de prejuízos, multas e indenizações devidas, bem como nos casos de inexecução total ou parcial, rescisão por culpa da contratada ou não



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

recomposição/manutenção da própria garantia. A execução poderá ser parcial ou total, conforme a extensão do dano.

18.6. Liberação da garantia. A garantia será liberada/devolvida após o **recebimento definitivo** do objeto e a quitação de eventuais obrigações remanescentes (multas, reparos, indenizações), sem prejuízo da permanência das **garantias técnicas** previstas no Termo de Referência e no contrato.

18.6.1. Na hipótese de caução em dinheiro, a devolução observará a atualização legalmente cabível; se em títulos da dívida pública, observar-se-ão as regras aplicáveis.

18.7. Garantia adicional por inexecuibilidade (quando aplicável). Caso seja exigida **garantia adicional** em razão de proposta inferior aos parâmetros previstos no Edital (quando aplicável), ela deverá ser apresentada na forma e no prazo estabelecidos, **acumulando-se** com a garantia contratual prevista no item 18.1.

18.8. Descumprimento. O não atendimento aos prazos e condições deste item ensejará as sanções previstas no Edital/contrato e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da rescisão e da convocação de remanescentes, quando cabível.

19. DO REAJUSTE E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1. Revisão por alteração tributária/encargos legais (fato do príncipe/legis). Os preços poderão ser alterados, para mais ou para menos, quando, após a data da proposta, houver criação, alteração ou extinção de tributos/encargos legais, ou sobrevier disposição normativa comprovadamente incidente sobre os custos do contrato, com reflexo direto e mensurável no preço. A revisão dependerá de demonstração analítica do impacto e será formalizada na forma legal.

19.2. Reajustamento por índice (cláusula obrigatória). Independentemente do prazo de duração do contrato, fica estabelecido o **índice de reajustamento** para eventual aplicação, **com data-base vinculada à data do orçamento estimado**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19.2.1. Interregno mínimo. O reajustamento somente será aplicável **se** houver decurso do interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contado da data-base definida no item 19.2, observado o regime legal.

19.2.2. Índice adotado. Para fins do item 19.2, o índice de reajustamento será o **IPCA/IBGE** (ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, preservada a aderência setorial).

19.2.3. Substituição do índice. Se, por norma oficial, o índice deixar de ser divulgado ou for substituído, aplicar-se-á o índice oficial sucedâneo que melhor reflita a variação do custo do objeto contratado.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

19.3. Repactuação. Inaplicável ao presente contrato, por não se tratar de serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra.

19.4. Reequilíbrio econômico-financeiro (extraordinário). Fatos supervenientes imprevisíveis (ou previsíveis de consequências incalculáveis), força maior/caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, que alterem substancialmente as condições de execução, poderão ensejar reequilíbrio econômico-financeiro para restabelecimento da equação inicial do contrato, mediante demonstração do nexo causal e dos impactos.

19.4.1. Instrução mínima do pedido. O pedido deverá ser fundamentado e quantificado, com memória de cálculo e documentos probatórios idôneos (cotações, notas fiscais, séries/boletins setoriais, demonstrativo “antes x depois”, metodologia e período considerado), além de indicação de compensações já ocorridas para evitar dupla contagem.

19.5. Ônus documental e diligências. É de responsabilidade da solicitante instruir o pedido com documentação completa e idônea. A Administração poderá diligenciar e contrapor com informações e pesquisas próprias.

19.6. Formalização e efeitos. Preços atualizados (por revisão/reajuste/reequilíbrio) somente poderão ser praticados após a formalização do respectivo instrumento (termo aditivo ou apostilamento, quando cabível), produzindo efeitos nos limites legais.

19.7. Continuidade da execução. Não é admitida a suspensão/bloqueio da execução em razão de pedido de reajuste/revisão/reequilíbrio. O descumprimento sujeitará a contratada às sanções cabíveis.

19.8. Prazo para decisão. Concluída a instrução do requerimento, a Contratante terá o prazo de **1 (um) mês** para decidir, admitida prorrogação motivada por igual período.

20. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

20.1. Hipóteses gerais. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas neste Edital, no contrato e na **Lei nº 14.133/2021**, mediante decisão formalmente motivada e instruída nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Constituem motivos, entre outros:

I – inexecução total ou parcial do objeto, cumprimento irregular de cláusulas, especificações, requisitos técnicos, entregáveis, prazos ou obrigações contratuais;

II – desatendimento de determinações técnicas/administrativas da fiscalização/gestão contratual;

III – perda superveniente das condições mínimas de execução (ex.: alteração societária relevante que comprometa a capacidade operacional), quando devidamente demonstrado;

IV – falência/insolvência, dissolução da sociedade ou outros eventos que inviabilizem a execução;

V – caso fortuito/força maior impeditivos da execução, devidamente comprovados;

VI – razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente;



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

VII – descumprimento de obrigações legais específicas, quando exigíveis e pertinentes à contratação.

20.2. Direito do contratado à extinção. O contratado poderá pleitear a extinção quando ocorrer, dentre outras hipóteses legalmente admitidas:

I – supressão do objeto além do limite legal aplicável;

II – suspensão da execução por ordem administrativa por período superior a 3 (três) meses;

III – reiteradas suspensões que totalizem prazo relevante e comprovadamente impeditivo à continuidade;

IV – atraso injustificado no pagamento de parcelas devidas, quando imputável à Administração, após a devida liquidação;

V – impedimento de acesso ao local de execução, ou falta de providências essenciais sob responsabilidade da Administração que inviabilizem a continuidade.

20.2.1. As hipóteses de suspensão/atraso de pagamento não se aplicam quando:

a) decorrerem de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, nos termos legais; ou

b) forem motivadas por ato/fato imputável ao contratado.

20.2.2. Nas hipóteses admitidas, poderá ser reconhecido ao contratado o direito de suspender suas obrigações até a normalização, observada a disciplina legal e contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

20.3. Garantias – comunicação. Havendo garantia contratual, os respectivos emitentes (seguradora/banco/tesouraria) serão notificados do início do processo administrativo de apuração de descumprimento, para fins de eventual execução da garantia e, **quando pactuado em apólice**, eventual assunção de execução (step-in), na forma do Edital, do contrato e da legislação aplicável.

20.4. Modalidades de extinção. A extinção poderá ocorrer:

I – unilateralmente, por ato escrito e motivado da Câmara Municipal de Sapezal/MT, quando legalmente cabível;

II – consensualmente, por acordo entre as partes, inclusive por conciliação/mediação, quando presente o interesse público;

III – por decisão judicial;

IV – por decisão arbitral, **somente se** houver cláusula compromissória/compromisso arbitral válido no contrato.

20.5. Autorização e forma. A extinção unilateral e a consensual dependerão de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e serão reduzidas a termo no processo administrativo.

20.6. Extinção por culpa exclusiva da Administração. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado fará jus, quando cabível e comprovado, a:

I – devolução da garantia;

II – pagamento das parcelas/entregáveis efetivamente executados e aceitos;



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

III – custo de desmobilização, quando devidamente demonstrado; sem prejuízo de outros ressarcimentos cabíveis, conforme a legislação aplicável.

20.7. Efeitos da extinção unilateral por culpa do contratado. A extinção unilateral pela Administração, por culpa do contratado, poderá implicar, quando necessário e proporcional:

- I – assunção imediata do objeto no estado em que se encontrar;
- II – utilização do local, materiais, equipamentos e insumos existentes no canteiro/local de instalação, na medida necessária à continuidade, com registro formal nos autos;
- III – execução da garantia contratual para ressarcimento de prejuízos, pagamento de multas e indenizações devidas, nos termos do Edital e do contrato;
- IV – retenção de créditos até o limite dos prejuízos e penalidades aplicadas, quando cabível.

20.7.1. A Administração poderá promover a continuidade por execução direta ou indireta (nova contratação/convocação de remanescentes), conforme conveniência e oportunidade, observado o rito legal.

20.7.2. Os atos de assunção/utilização serão autorizados pela autoridade competente e formalmente registrados no processo.

20.8. Liquidação de saldo – inadimplemento do contratado. Na extinção por inadimplemento do contratado, este fará jus apenas ao pagamento pelos entregáveis/parcelas efetivamente executados e aceitos, descontadas multas, indenizações e demais valores devidos.

20.9. Liquidação de saldo – extinção consensual. Na extinção consensual, o contratado fará jus ao valor dos entregáveis executados e aceitos e à devolução de valores caucionados/garantias, observadas as compensações e condições pactuadas.

20.10. Encargos trabalhistas. Em qualquer hipótese, não caberá à Administração reembolsar ou pagar ao contratado valores relativos a encargos trabalhistas/previdenciários de seus empregados, os quais permanecem sob responsabilidade integral do contratado.

20.11. Procedimento e formalidades. A extinção observará rito administrativo com, no mínimo: notificação, prazo para defesa e produção de provas, instrução com manifestação técnica e/ou jurídica quando cabível, decisão motivada, ciência às partes e garantidores, e publicações/registros exigíveis (inclusive no PNCP), conforme legislação aplicável.

21. DO RECEBIMENTO DA OBRA/SERVIÇO

21.1. Solicitação. Concluída a execução contratada, a Contratada solicitará, por requerimento dirigido ao Gestor/Fiscal do Contrato designado pela Câmara Municipal de Sapezal/MT, a realização de vistoria para recebimento, juntando, no mínimo, os documentos de entrega previstos nos itens 21.6 e 21.9.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

21.2. Recebimento provisório. O objeto poderá ser recebido provisoriamente em até **15 (quinze) dias corridos**, contados da comunicação escrita da Contratada, mediante vistoria do responsável pelo acompanhamento e fiscalização e lavratura de **Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório**, assinado pelas partes, na forma do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

21.3. Acompanhamento. A vistoria de recebimento provisório será acompanhada por representante legal da Contratada e/ou por seu responsável técnico, com apresentação das respectivas **ART(s)** pertinentes.

21.4. Escopo da vistoria (lista mínima de verificação)

Na vistoria de recebimento provisório, dentre outros, serão verificados:

- a) **Conformidade com o Termo de Referência (Anexo I)** e com o projeto executivo apresentado, incluindo potência mínima instalada, arranjo, padrões de desempenho e entregáveis;
- b) Instalação completa e segura dos **módulos, inversores, estruturas, cabeamentos, quadros, proteções, seccionamentos, aterramento/equipotencialização**, identificação/etiquetagem e demais itens exigidos;
- c) Conformidade das interligações em **corrente contínua (CC)** e **corrente alternada (CA)**, incluindo proteções, disjuntores, DPS, dispositivos de seccionamento e demais requisitos de segurança;
- d) Condições de montagem: fixações, integridade das estruturas, passagem de cabos, organização, vedação e proteção de pontos críticos;
- e) **Comissionamento e testes**, com apresentação de relatório mínimo (por exemplo: checklists de montagem, parametrização, testes elétricos e evidências de ativação/funcionamento);
- f) **Monitoramento ativo**, com entrega de credenciais de acesso à Administração (perfil administrador) e verificação de visualização de dados mínimos;
- g) **Treinamento** básico realizado (quando previsto no TR), com registro de presença/ciência;
- h) Segurança do trabalho e condições do local após instalação (limpeza, retirada de sobras e resíduos da instalação).

21.5. Conformidade. Estando o objeto em conformidade, o Termo de Recebimento Provisório registrará o fato, com data e assinaturas.

21.6. Não conformidades (lista de pendências). Constatadas não conformidades, será emitida lista circunstanciada dos itens a corrigir, com prazo certo para saneamento de até **15 (quinze) dias corridos**, prorrogável **uma única vez** por igual período, mediante justificativa técnica aceita pela fiscalização, respeitados os prazos contratuais.

21.6.1. A Contratada permanecerá responsável por todos os custos de correção, sem ônus à Administração.

21.7. Retenções/glosas. Enquanto pendentes não conformidades registradas no Recebimento Provisório, a fiscalização poderá reter o atesto final e/ou efetuar glosas



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

proporcionais até o efetivo saneamento, sem prejuízo das demais medidas contratuais.

21.8. Entregáveis mínimos para o recebimento provisório

No momento do recebimento provisório, a Contratada deverá entregar, no mínimo:

I – Relatório de **comissionamento/testes** realizados (mínimo executável e rastreável);

II – Relação dos principais equipamentos instalados (módulos/inversores/proteções), com **manuals** e orientações básicas;

III – **Certificados/garantias** dos equipamentos e da instalação, conforme TR;

IV – ART(s) pertinentes (projeto e execução/instalação), quando já emitidas e aplicáveis à fase.

21.9. Recebimento definitivo

Sanadas as pendências e atendidas as exigências contratuais, será emitido o **Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo**, por comissão/designação formal da Administração, em até **15 (quinze) dias corridos** após a confirmação do saneamento das pendências, observando-se o art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e os prazos do contrato.

21.10. Condicionantes do recebimento definitivo (entregáveis finais)

Além da conformidade técnica e operacional, condicionam o recebimento definitivo, no mínimo:

I – Dossiê técnico final “**conforme executado**”, contendo diagramas, arranjo final, registros essenciais e documentação prevista no TR;

II – Entrega consolidada de **manuals, garantias** e informações de rastreabilidade dos equipamentos;

III – ART(s) de conclusão e demais registros profissionais exigíveis;

IV – Evidência de monitoramento funcionando e credenciais entregues;

V – Quando aplicável, comprovação das providências no **processo de acesso/homologação junto à distribuidora/concessionária**, mediante apresentação de protocolos, comunicações e documentos emitidos por terceiro, e demonstração de que foram atendidas as exigências sob responsabilidade da Contratada, nos termos do TR.

21.11. Responsabilidade pós-recebimento. O Recebimento Definitivo não exonera a Contratada das responsabilidades legais e contratuais, nem das **garantias técnicas** dos equipamentos e da instalação previstas no Termo de Referência e no contrato.

21.12. Liberação da garantia contratual. Após o Recebimento Definitivo e a verificação da inexistência de pendências (multas, indenizações, correções ou obrigações remanescentes), a garantia contratual será liberada, na forma do Edital/contrato e da legislação aplicável.

22. DAS MEDIÇÕES E DO ATESTO DOS ENTREGÁVEIS

22.1. Natureza e forma de aferição. A aferição da execução contratual será realizada por **marcos de entrega/entregáveis**, mediante **atesto da fiscalização**, conforme



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

definido no **Termo de Referência (Anexo I)** e no contrato, considerando-se o objeto como **solução completa e integrada (item único, preço global)**.

22.1.1. As verificações poderão ocorrer de forma **parcial**, por etapa/entregável, sempre que a Contratada concluir um marco previsto, bem como de forma **final**, por ocasião do recebimento provisório e definitivo, conforme a Seção 21.

22.2. Competência técnica e finalidade. As medições/atestes serão realizados pelo **Gestor/Fiscal do Contrato**, com apoio de profissional técnico designado, quando necessário, com as seguintes finalidades:

- I – verificar a **conformidade** da execução com o Termo de Referência e com os padrões de segurança e desempenho aplicáveis;
- II – registrar, de forma rastreável, os **entregáveis concluídos** e eventuais pendências;
- III – subsidiar a **liquidação e o pagamento**, quando cabíveis;
- IV – permitir o controle de prazos, qualidade e obrigações acessórias (documentação técnica, garantias, comissionamento e monitoramento).

22.3. Documento de medição/atesto (conteúdo mínimo). O Boletim/Termo de Atesto deverá conter, no mínimo:

- I – identificação do contrato (nº/ano) e do objeto;
- II – identificação do marco/etapa atestada e o período de referência;
- III – relação dos entregáveis verificados e respectivos critérios de aceite (conforme TR);
- IV – registro de evidências (relatórios, registros fotográficos essenciais, checklists, testes/comissionamento, acesso ao monitoramento, quando aplicável);
- V – indicação de **glosas, ressalvas ou pendências**, com prazo para saneamento;
- VI – assinatura/atesto do Fiscal/Gestor e, quando houver, do apoio técnico.

22.4. Requerimento pela Contratada. Para fins de atesto, a Contratada deverá requerer formalmente a verificação ao Gestor/Fiscal do Contrato, indicando o marco/entregável concluído e anexando documentação mínima de suporte, quando aplicável, tais como:

- I – relatório de execução da etapa;
- II – registros fotográficos essenciais;
- III – comprovação de emissão/atualização das **ART(s)** pertinentes (quando exigíveis para a fase);
- IV – relatórios de testes/comissionamento e evidências de funcionamento;
- V – evidência de monitoramento ativo e credenciais entregues, quando aplicável à etapa;
- VI – demais documentos previstos no Termo de Referência para o marco solicitado.

22.5. Procedimento da fiscalização. O Gestor/Fiscal (com apoio técnico, quando necessário) deverá:

- I – realizar vistoria e conferência dos requisitos técnicos e de segurança;
- II – confrontar a execução com os critérios do Termo de Referência;
- III – registrar evidências e apontar eventuais não conformidades;
- IV – emitir o Boletim/Termo de Atesto com a conclusão (aprovado, aprovado com ressalvas, ou reprovado), indicando, quando cabível, **glosas e prazos de correção**.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

22.6. Regras gerais de atesto.

I – somente serão atestados entregáveis **concluídos** e verificáveis, conforme critérios do Termo de Referência;

II – entregáveis executados fora do escopo, sem autorização formal, ou em desconformidade, **não serão atestados**;

III – o atesto parcial **não configura aceitação definitiva** do objeto, que dependerá dos recebimentos provisório e definitivo (Seção 21);

IV – glosas e retenções poderão ser aplicadas quando houver divergência técnica, documental ou de desempenho, com justificativa no Boletim/Termo.

22.7. Encaminhamento para liquidação. Emitido o Boletim/Termo de Atesto, o Gestor/Fiscal encaminhará o expediente ao setor competente para liquidação, acompanhado da documentação de suporte e das informações sobre saldo de empenho, quando aplicável.

22.8. Condições para liquidação/pagamento. Para fins de liquidação e pagamento, quando cabíveis, deverão ser observados:

I – apresentação da **Nota Fiscal** correspondente ao marco/entregável atestado (quando houver pagamento por etapa);

II – verificação de regularidade fiscal e trabalhista exigida para pagamento e das retenções legais aplicáveis (ISS/INSS, quando for o caso);

III – conferência de dotação/saldo de empenho;

IV – atendimento das demais condições previstas no contrato e na legislação.

22.9. Atesto final. O atesto final (quando aplicável) ocorrerá após a conclusão integral do objeto e a formalização do **Recebimento Provisório**, sem prejuízo do **Recebimento Definitivo**, nos termos da Seção 21 e do contrato.

22.10. Alterações de escopo. Qualquer modificação que implique alteração relevante de escopo, prazos ou obrigações somente produzirá efeitos após formalização por instrumento próprio (aditivo/apostilamento, quando cabível), devidamente motivado e registrado no processo, observada a Lei nº 14.133/2021

23. DO PAGAMENTO

23.1. Condição para pagamento. Pela fiel e perfeita execução do objeto, a Câmara Municipal de Sapezal/MT efetuará o pagamento à Contratada em reais, correspondente aos **entregáveis/marcos efetivamente executados e atestados** pelo **Gestor/Fiscal do Contrato** e, quando designado, pelo **apoio técnico**, com base no **Termo de Referência (Anexo I)** e no **Boletim/Termo de Atesto** (Seção 22), mediante apresentação de **Nota Fiscal** devidamente atestada.

23.1.1. Quando houver parcelamento, a vinculação do pagamento a cada marco/entregável e os percentuais correspondentes constarão do **contrato** (e, se adotado, do cronograma executivo), sendo **vedado o pagamento final** antes do **recebimento definitivo** do objeto.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

23.2. Exigência de ateste e glosas. O pagamento ficará condicionado ao **atesto** do(s) entregável(is) e à conformidade técnica da execução. Entregáveis abaixo do padrão mínimo deverão ser corrigidos. Enquanto não sanados, a Administração poderá **suspender o pagamento** relativo ao marco e/ou aplicar **glosa proporcional**, sem prejuízo das demais medidas contratuais.

23.3. Prazo para pagamento. O pagamento será realizado por crédito em conta-corrente indicada pela Contratada, em até **30 (trinta) dias** contados do recebimento da **Nota Fiscal** devidamente atestada, observadas as condições deste Edital, do contrato e a disponibilidade orçamentária/financeira.

23.4. Preço com encargos inclusos. No preço contratado consideram-se incluídos todos os custos e encargos incidentes, diretos e indiretos, inclusive materiais, equipamentos, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, deslocamentos, responsabilidade técnica (ART), instalação, comissionamento, documentação final, treinamento e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

23.5. Dados bancários. A Contratada indicará na Nota Fiscal banco, agência e conta para crédito por ordem bancária.

23.6. Requisitos mínimos da Nota Fiscal

A Nota Fiscal deverá conter, no mínimo:

- I – valor bruto conforme **Boletim/Termo de Atesto**;
- II – data de emissão posterior ao ateste do entregável/marco correspondente;
- III – discriminação do objeto e identificação do contrato (nº/ano), do marco/entregável atestado (nº do boletim/termo) e do local de execução;
- IV – retenções na fonte (ISSQN, INSS, IRRF e outras), quando incidentes, conforme legislação aplicável, com deduções discriminadas quando houver.

23.7. Ordem bancária. O pagamento será realizado por ordem bancária via instituição financeira oficial (ou outra designada), para o banco informado na Nota Fiscal.

23.8. Correções formais. Havendo incorreções na Nota Fiscal, ausência de documentação indispensável ou pendências impeditivas, o prazo de pagamento ficará suspenso, reiniciando-se após a regularização.

23.9. Vedações. É vedado pagamento por título descontado, cobrança bancária ou quaisquer modalidades não previstas no contrato. Eventual cessão de crédito somente será admitida se prevista e autorizada na forma legal e contratual.

23.10. Despesas bancárias. Custos de transferência interbancária/intermunicipal correrão por conta da Contratada, quando aplicáveis.

23.11. Responsabilidade da Contratada. O pagamento não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais, especialmente quanto à qualidade, segurança, garantias, correções e demais obrigações.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

23.12. Condições prévias para pagamento (por marco/entregável)

Para o **primeiro pagamento** (quando houver parcelamento), poderão ser exigidos, conforme o Termo de Referência e o contrato:

- I – **ART(s)** pertinentes à fase (projeto e/ou execução/installação);
- II – indicação formal do **responsável técnico** e do **preposto**;
- III – demais documentos iniciais exigidos para início/controle da execução.

Para **cada pagamento**:

- IV – Boletim/Termo de Atesto aprovado;
- V – regularidade fiscal e trabalhista exigida para pagamento, quando aplicável;
- VI – comprovação/retenções legais (ISS/INSS/IRRF), quando incidentes;
- VII – saldo de empenho suficiente.

Para o **pagamento final**:

- VIII – **Recebimento definitivo** (Seção 21) e comprovação de entrega integral do dossiê técnico final e garantias, conforme TR;
- IX – ART(s) de conclusão, quando exigíveis;
- X – inexistência de pendências contratuais impeditivas.

23.12.1. Prova de encargos (necessidade e proporcionalidade). Quando necessário e proporcional à finalidade de controle, o Gestor/Fiscal poderá solicitar comprovação sintética de encargos trabalhistas/previdenciários relacionados à execução, resguardada a LGPD e o sigilo de dados pessoais.

23.13. Retenções. A Administração efetuará, quando cabível, as retenções tributárias e previdenciárias incidentes, nos termos da legislação vigente e normativos municipais aplicáveis.

23.14. Último pagamento. O pagamento final não implica aceitação definitiva do objeto, que dependerá do **Recebimento Definitivo** (Seção 21), nem desonera a Contratada das responsabilidades e garantias remanescentes.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

24.1. Designação e poderes. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por **Gestor e Fiscal do Contrato**, designados por Portaria da Câmara Municipal de Sapezal/MT, podendo contar com **apoio técnico de profissional habilitado** designado pela Administração, quando necessário. Os designados possuem poderes para: (i) acompanhar a execução in loco; (ii) requisitar documentos e evidências técnicas; (iii) emitir notificações e determinações de correção; (iv) recusar/condicionar atestos quando houver desconformidade; e (v) determinar **paralisação total ou parcial por motivo de segurança ou desconformidade técnica**, até a regularização, observado o Decreto Municipal nº 045/2023 e as normas aplicáveis.

24.2. Competências e limites. Compete ao Gestor/Fiscal verificar conformidade técnica, acompanhar prazos e obrigações, registrar ocorrências, **atestar entregáveis/marcos** e propor a aplicação de sanções quando cabível, nos termos do art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

24.2.1. A fiscalização **não poderá** alterar o objeto, preço, escopo, prazos ou condições contratuais por ato próprio. Ajustes contratuais dependem de decisão da autoridade competente e de instrumento formal (apostilamento/termo aditivo), quando cabível.

24.3. Monitoramento de qualidade e desempenho. A Administração monitorará a qualidade da execução e o cumprimento das especificações do **Termo de Referência (Anexo I)**, incluindo requisitos de segurança elétrica, desempenho, comissionamento, monitoramento, documentação técnica e garantias, intervindo para correção e, se necessário, para aplicação das medidas contratuais e sanções cabíveis.

24.4. Instrumentos de controle. A gestão e fiscalização utilizarão, conforme aplicável, os seguintes instrumentos:

- a) **Boletim/Termo de Atesto de Entregáveis/Marcos** (Seção 22), com indicação objetiva do que foi verificado e aceito;
- b) **Lista de verificação técnica** de instalação e comissionamento (checklist), conforme TR;
- c) **Relatórios de testes/comissionamento** e evidências de funcionamento;
- d) **Registros essenciais** (fotográficos e/ou documentais) das etapas críticas de instalação e das correções executadas;
- e) Relatórios de **monitoramento** (acesso entregue, dados mínimos visíveis, registros de operação);
- f) **ART(s)** e documentação de responsabilidade técnica;
- g) Notificações, ordens/determinações de correção, relatórios de conformidade e manifestações técnicas;
- h) Quando aplicável, comprovantes do **processo de acesso/homologação junto à distribuidora/concessionária** (protocolos, exigências e atendimentos).

24.5. Acompanhamento de equipe e obrigações. A fiscalização poderá verificar, quando pertinente e proporcional, a disponibilidade de equipe técnica, o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e das obrigações trabalhistas/previdenciárias vinculadas à execução, resguardadas a LGPD e o princípio da necessidade.

24.6. Registro de ocorrências e providências. O Gestor/Fiscal registrará ocorrências relevantes e adotará as providências necessárias para o fiel cumprimento do contrato, inclusive recomendações de saneamento, glosas/recusas de atesto, suspensão de atividades em desconformidade e proposição de sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

24.7. Substituição de pessoal e preposto. A fiscalização poderá exigir a substituição de preposto/empregado que:

- I – descumpra normas de segurança ou procedimentos operacionais;
- II – adote conduta desrespeitosa com servidores/usuários;
- III – se apresente sob efeito de álcool/drogas;
- IV – se envolva em pedido/oferta de vantagem indevida.

A Contratada deverá providenciar a substituição no prazo fixado pela fiscalização, sem ônus adicional à Administração.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

24.8. Responsabilidade da Contratada. A presença/atuação da fiscalização **não transfere responsabilidades**. A Contratada permanece única e integralmente responsável pela execução, inclusive por subcontratadas, pela qualidade, pela segurança e pelo atendimento às normas aplicáveis.

24.9. Recebimentos. O objeto será recebido **provisoriamente e definitivamente** na forma do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, observados os procedimentos e exigências da **Seção 21** deste Edital e do Termo de Referência.

24.10. Observância normativa. A Contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao objeto (inclusive instalações elétricas e segurança do trabalho, especialmente NR-10 e NR-35 quando houver trabalho em altura), bem como os padrões técnicos exigidos e as exigências da distribuidora/concessionária quando aplicáveis, respondendo por quaisquer infrações.

24.11. Comunicação de dúvidas, omissões e impedimentos. Quaisquer dúvidas, divergências, omissões, inconsistências ou impedimentos técnicos deverão ser comunicados formalmente à fiscalização **antes** da execução da etapa afetada. A Contratada não poderá alegar desconhecimento posterior para justificar desconformidades, retrabalhos ou pleitos indevidos.

24.12. Materiais/equipamentos e equivalência. Os equipamentos e materiais deverão atender integralmente às especificações do Termo de Referência. Substituições por equivalência somente serão admitidas mediante **solicitação técnica formal** da Contratada e **autorização expressa** da Administração, com comprovação de desempenho e manutenção (ou melhoria) das garantias, sem prejuízo do cumprimento do escopo e do preço contratado.

24.13. Ausência de solidariedade. Os atos praticados pela fiscalização não implicam solidariedade ou corresponsabilidade com a Contratada, que continuará responsável por todos os danos e obrigações decorrentes da execução, nos termos da legislação vigente.

25. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

25.1. Competência e fundamentos. A Administração poderá, mediante decisão **escrita, motivada e formalizada nos autos**:

- I – **revogar** o procedimento licitatório por razões de interesse público decorrentes de **fato superveniente**, pertinente e suficiente; e
- II – **anular** o procedimento licitatório por **ilegalidade**, de ofício ou por provocação de terceiros, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

25.2. Contraditório e ampla defesa. Nos casos de anulação ou revogação, será assegurada, **quando cabível**, a prévia manifestação das interessadas, com observância do rito deste Edital e dos prazos recursais aplicáveis, preservados o contraditório e a ampla defesa.

25.3. Efeitos jurídicos.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

I – A **revogação** produzirá efeitos prospectivos (**ex nunc**), preservando-se os atos válidos já praticados que não conflitem com a motivação do ato.
II – A **anulação** produzirá efeitos retroativos (**ex tunc**) quanto aos atos viciados, devendo a autoridade competente indicar os vícios insanáveis e invalidar os atos subsequentes que deles dependam, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

25.4. Indenizações. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado de boa-fé pelo que houver sido **efetivamente executado e comprovado** até a data de eficácia do ato, bem como por outros prejuízos comprovados e não imputáveis ao contratado, quando cabível, com a correspondente responsabilização de quem houver dado causa ao vício. Na revogação, **não há direito a indenização** por custos de participação no certame.

25.5. Propostas, documentos e garantias. Em caso de revogação ou anulação antes da contratação, as propostas e documentos permanecerão **juntados aos autos eletrônicos** do processo, para fins de registro e controle. Havendo **garantia de proposta**, quando prevista, será autorizada sua liberação conforme as regras do Edital e da legislação aplicável.

25.6. Publicidade. As decisões de anulação ou revogação serão registradas e disponibilizadas na plataforma **LICITANET**, no **PNCP** e no sítio oficial, quando aplicável, com indicação da motivação e dos efeitos do ato, assegurando-se transparência e rastreabilidade.

25.7. Diretrizes para a decisão. Ao decidir:

- I – pronunciando a **nulidade**, a autoridade deverá indicar os atos com vícios insanáveis, invalidar os subsequentes dependentes e promover a apuração de responsabilidade, quando cabível;
- II – revogando o processo, o motivo determinante deverá decorrer de **fato superveniente devidamente comprovado** e demonstrar a pertinência com o interesse público;
- III – em qualquer caso, será assegurada a manifestação prévia dos interessados, **quando cabível**, e o registro integral da decisão nos autos.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Infrações. O licitante ou a contratada responderá administrativamente, sem prejuízo das esferas civil e penal, pelas seguintes condutas, entre outras previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 155):

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, sem motivo justificado;



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

26.2. Sanções cabíveis. Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme o caso (Lei nº 14.133/2021, art. 156):

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo **máximo de 3 (três) anos**;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo **mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos**.

26.3. Dosimetria. Na aplicação das sanções serão considerados, no mínimo, os critérios do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

I – natureza e gravidade da infração;

II – peculiaridades do caso concreto;

III – circunstâncias agravantes e atenuantes;

IV – danos efetivos e potenciais;

V – cooperação da infratora e pronta cessação do ilícito;

VI – implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.

26.4. Advertência. A advertência será aplicada exclusivamente na hipótese do inciso I do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar penalidade mais grave (art. 156, §2º).

26.5. Multa. A multa, calculada na forma do edital ou do contrato, **não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato** (preço global), e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 (art. 156, §3º).

26.5.1. Multa moratória. Poderá ser aplicada multa moratória por atraso injustificado, conforme previsto no contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

26.5.2. Execução/compensação da multa. A multa poderá ser descontada de pagamentos devidos, compensada com a garantia contratual, quando houver, ou cobrada administrativa/judicialmente, observado o devido processo.

26.6. Impedimento de licitar e contratar. A sanção do inciso III do item 26.2 será aplicada, em regra, às infrações dos incisos II a VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar penalidade mais grave, e impedirá a infratora de licitar e contratar no âmbito do ente federativo sancionador pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, §4º).



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

26.7. Declaração de inidoneidade. A sanção do inciso IV do item 26.2 será aplicada, em regra, às infrações dos incisos VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como às infrações dos incisos II a VII quando a gravidade justificar penalidade mais severa, com efeitos perante todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º).

26.7.1. Competência e análise jurídica. A declaração de inidoneidade será **precedida de análise jurídica** e aplicada pela autoridade competente, nos termos do art. 156, §6º, da Lei nº 14.133/2021 e do regulamento aplicável no âmbito da Câmara Municipal.

26.8. Cumulação. As sanções de advertência, impedimento e inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, quando cabível (Lei nº 14.133/2021).

26.9. Cobrança e ressarcimento. Se multas e/ou indenizações superarem valores devidos à contratada, além da retenção desses valores, a diferença poderá ser descontada da garantia contratual, quando houver, e/ou cobrada na forma legal. Poderá haver inscrição em dívida ativa, quando cabível e conforme procedimento aplicável.

26.10. Reparação do dano. A aplicação de sanções não exclui o dever de reparação integral dos danos causados à Administração.

26.11. Devido processo. A aplicação de sanções observará processo administrativo específico, com notificação, acesso aos autos, contraditório e ampla defesa, prazos legais e decisão motivada, podendo envolver manifestação técnica e/ou jurídica, conforme a gravidade e a natureza da infração.

26.12. Publicidade e registros. As decisões sancionatórias serão registradas e publicadas na forma exigida pela Lei nº 14.133/2021, inclusive no **PNCP**, e, quando cabível, lançadas nos cadastros oficiais (CEIS/CNEP e outros aplicáveis).

26.13. Reabilitação. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos cumulativamente (Lei nº 14.133/2021, art. 163):

I – reparação integral do dano causado à Administração;

II – pagamento da multa;

III – transcurso do prazo mínimo de **1 (um) ano** da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de **3 (três) anos** da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao atendimento dos requisitos.

26.13.1. Programa de integridade. Para reabilitação nas hipóteses das infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, será exigida, como condição, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, nos termos do art. 163, parágrafo único.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Responsabilidade pelas informações e custos de participação. As licitantes respondem pela fidelidade, autenticidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do certame, declarando ciência integral do Edital e de seus anexos. Todos os custos de preparação e apresentação das propostas e documentos correrão por conta das licitantes, não cabendo à Administração qualquer reembolso, independentemente do resultado.

27.2. Homologação e contratação. A homologação do resultado não gera direito adquirido à contratação. A formalização do contrato dependerá do atendimento das condições deste Edital, da manutenção das condições de habilitação, da disponibilidade orçamentária e financeira e da permanência da vantajosidade.

27.3. Redesignação de sessão. Na ausência de expediente, instabilidade técnica relevante do sistema, ou diante de fato superveniente que impeça a realização da sessão pública, esta poderá ser redesignada, com comunicação e registro na plataforma LICITANET e nos autos do processo. Havendo necessidade de preservação da isonomia, poderá ser reaberto prazo, quando cabível, para não prejudicar propostas e lances.

27.4. Contagem de prazos. Na contagem de prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos iniciam e vencem em dias de expediente da Câmara Municipal. Quando o termo final recair em dia sem expediente, prorroga-se para o primeiro dia útil subsequente.

27.5. Interpretação pró-competitividade. As normas deste Edital serão interpretadas de modo a ampliar a disputa e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, sem comprometer a isonomia, a segurança jurídica e a integridade do certame, em conformidade com os princípios aplicáveis.

27.6. Atas e comunicações. A ata da sessão pública e as comunicações oficiais serão disponibilizadas na plataforma eletrônica (LICITANET) e integrarão os autos do processo, assegurado o acesso público, ressalvadas informações protegidas por sigilo legal.

27.7. Normas aplicáveis e casos omissos. Aos casos omissos aplicam-se a **Lei nº 14.133/2021**, a **Lei Complementar nº 123/2006**, a **Lei Complementar Municipal nº 16/2016**, o **Decreto Municipal nº 045/2023**, o **Decreto Municipal nº 084/2025** e demais normas correlatas aplicáveis ao certame e ao contrato.

27.8. Manutenção das condições de habilitação. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, sob pena de aplicação das medidas e sanções cabíveis.

27.9. Publicidade. A publicidade dos atos desta licitação e do contrato decorrente ocorrerá no **PNCP**, sem prejuízo das demais formas de divulgação adotadas pela Câmara Municipal, conforme legislação aplicável.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

27.10. Foro e meios consensuais. As questões que não puderem ser resolvidas pela via administrativa serão dirimidas no **Foro da Comarca de Sapezal/MT**, com exclusão de qualquer outro, sem prejuízo da utilização de meios consensuais de solução de controvérsias, quando cabíveis e no interesse público.

27.11. Integram este Edital, para todos os fins, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência (TR)

Anexo II – Modelos de Declarações (inclui declaração trabalhista, quando prevista)

Anexo III – Declaração de Enquadramento/Benefício ME/EPP (quando aplicável)

Anexo IV – Declaração de Optante pelo Simples Nacional para fins tributários (quando aplicável)

Anexo V – Declaração de Disponibilidade de Pessoal Técnico, Instalações e Equipamentos

Anexo VI – Modelo de Atestado de Visita Técnica / Declaração de Conhecimento do Local

Anexo VII – Minuta do Contrato Administrativo

Anexo VIII – Matriz de Riscos

Anexo IX – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Sapezal/MT, 27 de abril de 2026.

RAQUEL MARLI DA SILVA

Agente de Contratação



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Pregão Eletrônico nº 001/2026 S/ SRP

1. Finalidade

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as condições, requisitos técnicos e critérios de execução para a contratação de empresa especializada na implantação de sistema de geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, conectado à rede de distribuição, em regime de solução completa e integrada.

2. Identificação do órgão e local de execução

Órgão/Entidade: Câmara Municipal de Sapezal/MT, CNPJ 01.639.708/0001-50.

Local de instalação/execução: sede da Câmara Municipal de Sapezal/MT, Av. do Jaú, 1359-SW, Centro, Sapezal/MT.

3. Objeto

Contratação de empresa especializada para a implantação de usina de geração fotovoltaica conectada à rede elétrica, em regime de fornecimento de solução completa e integrada, incluindo fornecimento de todos os equipamentos e materiais, serviços de instalação, ativação e comissionamento, monitoramento, treinamento, elaboração/entrega de documentação técnica e condução do processo de acesso/homologação junto à concessionária/distribuidora local, com potência instalada mínima de 87,50 quilowatt-pico, em corrente contínua.

4. Enquadramento e justificativa da contratação

A contratação decorre da necessidade de aprimorar a gestão energética da Câmara Municipal, reduzindo despesas recorrentes com energia elétrica e incorporando solução alinhada a diretrizes de sustentabilidade, eficiência e interesse público, conforme motivação constante do processo administrativo.

A disputa será realizada por Pregão Eletrônico, por se tratar de objeto com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis, cuja especificação pode ser descrita de forma objetiva neste Termo de Referência.

5. Descrição da solução e escopo (solução completa e integrada)

A solução contratada deverá compreender, no mínimo:

- levantamento técnico no local de instalação, com verificação das condições de implantação (telhado e/ou solo) e do ponto de conexão;
- elaboração e entrega de projeto executivo (memorial descritivo, diagrama unifilar, detalhamento de estruturas, memoriais de cálculo quando aplicáveis, especificação de equipamentos e lista de materiais), com ART(s) correspondente(s);
- fornecimento, transporte, montagem e instalação de todos os componentes do sistema fotovoltaico (gerador fotovoltaico, inversores, estruturas, cabeamentos, conectores, quadros, proteções e demais acessórios);



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

- adequações elétricas necessárias para interligação à rede, incluindo padrão de entrada e demais adequações indicadas no processo de acesso; eventuais requisitos adicionais exigidos pela concessionária/distribuidora para conexão e operação regular (por exemplo, transformador, cabine/abrigo, interfaces, adequações no ponto de conexão e/ou medições) deverão ser atendidos pela Contratada quando e na medida em que constarem de documento formal emitido pela distribuidora no âmbito do processo de acesso (parecer, carta de exigências, resposta a protocolo ou documento equivalente), que deverá ser juntado aos autos e apresentado à fiscalização;
- comissionamento, testes funcionais e entrega do sistema em pleno funcionamento, com monitoramento operacional;
- implantação de solução de monitoramento remoto via plataforma (internet e/ou aplicativo), com acesso à Administração;
- treinamento operacional básico para servidores designados, incluindo orientações de operação, leitura de relatórios e cuidados de manutenção;
- entrega do dossiê de comissionamento e de documentação final (documentos de 'como instalado', manuais, garantias, relatórios, ARTs, certificados e demais documentos exigíveis);
- suporte pós-implantação para correção de não conformidades identificadas no recebimento.

6. Requisitos técnicos mínimos e padrões de qualidade

6.1 Condições gerais

- a) Todos os equipamentos e materiais deverão ser novos, de primeiro uso, originais de fabricante e acompanhados de garantias.
- b) Os componentes devem possuir certificações e conformidade aplicáveis (incluindo certificação/registro quando exigidos no Brasil), bem como atender às normas técnicas aplicáveis e às exigências da concessionária/distribuidora local.
- c) A contratada será responsável pelo correto dimensionamento e compatibilização dos componentes para atendimento da potência instalada mínima e da operação segura do sistema.

6.2 Módulos fotovoltaicos

- a) Tecnologia: silício cristalino (mono ou equivalente), com desempenho e qualidade compatíveis com o objeto.
- b) Eficiência mínima: 20%.
- c) Garantia de desempenho linear: mínimo de 25 anos.
- d) Os módulos deverão atender às normas técnicas aplicáveis e possuir certificação compatível com o mercado nacional.

6.3 Inversores

- a) Tipo: string e/ou central, conforme projeto, desde que garantida a compatibilidade com a potência instalada (87,50 quilowatt-pico) e as condições do ponto de conexão.
- b) Eficiência mínima: 97%.
- c) Recursos mínimos: proteção anti-ilhamento, registro de eventos/falhas e integração com sistema de monitoramento.
- d) Comunicação: possibilitar monitoramento remoto via rede cabeada e/ou rede sem fio (ou tecnologia equivalente), com acesso a dados em tempo real e histórico.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

6.4 Estruturas e fixação

- a) As estruturas de suporte deverão ser adequadas ao tipo de instalação (telhado e/ou solo) e projetadas para resistir às condições ambientais locais.
- b) Materiais com proteção anticorrosiva e fixações compatíveis com o substrato.
- c) A instalação deverá preservar a integridade do telhado/estrutura existente, com vedação e acabamento apropriados.

6.5 Proteções, quadros e cabeamentos

- a) O sistema deve contemplar quadros de proteção e manobra em corrente contínua e alternada, com disjuntores, chaves seccionadoras e Dispositivos de Proteção contra Surtos (DPS), conforme projeto.
- b) Cabos, conectores e componentes elétricos deverão ser apropriados para uso em sistemas fotovoltaicos e possuir certificação compatível.
- c) Aterramento e equipotencialização conforme normas aplicáveis; quando tecnicamente exigível, contemplar medidas complementares de proteção contra descargas atmosféricas.

6.6 Normas e segurança

A execução deverá observar, no mínimo, as normas técnicas aplicáveis (como ABNT NBR 5410 e ABNT NBR 16690, entre outras pertinentes), bem como normas de segurança do trabalho (NR-10, NR-35 e correlatas), sem prejuízo de exigências específicas da concessionária/distribuidora.

6.7 Monitoramento remoto e relatórios

- a) A solução deverá incluir plataforma de monitoramento remoto (internet e/ou aplicativo) com acesso para a Administração, permitindo consulta em tempo real e histórico.
- b) A Contratada deverá entregar credenciais de acesso, com perfil de administrador (ou equivalente), possibilitando a gestão de usuários pela Administração.
- c) A plataforma deverá permitir, no mínimo, visualização de energia gerada (diária/mensal/acumulada), potência instantânea, status dos inversores, registro de eventos/alarmes e indisponibilidades.
- d) Deverá ser possível a emissão e/ou exportação de relatórios (por exemplo, PDF ou planilha eletrônica ou formato equivalente) para fins de acompanhamento e auditoria interna.

7. Prazo e condições de execução

7.1 Prazo de execução

O prazo máximo para execução completa e entrega do sistema em pleno funcionamento é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Serviço.

7.2 Vigência

O prazo de vigência contratual deverá contemplar o prazo de execução e o recebimento definitivo, sendo adotado, como referência, **150 (cento e cinquenta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

7.3 Condições

A contratada deverá planejar e executar as atividades de modo a minimizar interferências nas rotinas do órgão, respeitando horários e regras de acesso definidos pela Administração.

8. Entregáveis mínimos e documentação

A Contratada deverá entregar, no mínimo:

- a) levantamento técnico e relatório de vistoria inicial (condições de instalação e ponto de conexão);
- b) projeto executivo completo (memorial descritivo, diagrama unifilar e demais diagramas aplicáveis, detalhamento de estruturas, lista de materiais e especificação de equipamentos), com a(s) ART(s) correspondente(s);
- c) cronograma físico de execução para aprovação da fiscalização, quando solicitado pela Administração;
- d) comprovantes de protocolo e acompanhamento do processo de acesso junto à concessionária/distribuidora, com registro das diligências e respostas apresentadas pela Contratada;
- e) relatório de comissionamento e testes (incluindo verificação de proteções, aterramento/equipotencialização, funcionamento dos inversores e validação do monitoramento), com registros e evidências;
- f) credenciais e manual de acesso à plataforma de monitoramento, com relatório inicial de funcionamento;
- g) manual de operação e manutenção, orientações de segurança e recomendações de manutenção preventiva;
- h) termo/registro de treinamento operacional básico (lista de presença ou equivalente), quando realizado;
- i) documentação de 'como instalado' (conforme executado), incluindo atualização da lista de materiais e registros finais de instalação;
- j) garantias, certificados e manuais dos equipamentos instalados;
- k) quando aplicável, documentação de aceite/homologação emitida pela concessionária/distribuidora; caso a emissão dependa de prazo de terceiro, deverão ser entregues os comprovantes de protocolo e de atendimento integral das exigências sob responsabilidade da Contratada.

9. Gestão de riscos (síntese)

A gestão de riscos deverá ser observada ao longo da execução contratual. A seguir, apresenta-se síntese de riscos e medidas de mitigação, a ser detalhada na fiscalização:

- Atraso na homologação junto à concessionária: mitigar com projeto completo, protocolo tempestivo e acompanhamento de diligências. Responsável: Contratada.
- Divergência de escopo/itens inclusos: mitigar com projeto executivo detalhado, lista de materiais e validação com a fiscalização antes de aquisições/installação. Responsável: Contratada/Fiscalização.
- Incompatibilidade elétrica/segurança: mitigar com profissional habilitado, ART, atendimento às normas aplicáveis e testes de comissionamento. Responsável: Contratada.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

- Falhas no monitoramento e desempenho: mitigar com plataforma homologada, testes, treinamento e suporte. Responsável: Contratada.

10. Obrigações da contratada

- Executar integralmente o objeto, incluindo fornecimento, instalação, adequações e comissionamento, entregando o sistema em funcionamento;
 - Designar responsável técnico habilitado e apresentar a(s) ART(s) correspondente(s);
 - Fornecer materiais e equipamentos novos, com garantias e certificados aplicáveis;
 - Cumprir normas técnicas e de segurança, bem como exigências da concessionária/distribuidora local;
- Protocolar, acompanhar e conduzir o processo de acesso/homologação junto à concessionária/distribuidora, apresentando à fiscalização os comprovantes de protocolo, andamentos e atendimentos de diligências;
- Entregar e manter operacional a plataforma de monitoramento, fornecendo credenciais de acesso (perfil administrador ou equivalente) e suporte para correção de falhas no monitoramento durante o período de garantia;
- Manter canteiro/área organizada e promover descarte adequado de resíduos gerados;
 - Realizar treinamento e entregar toda a documentação técnica final (documentos de 'como instalado', manuais, garantias, relatórios);
 - Prestar assistência técnica durante o período de garantia e corrigir, sem ônus, defeitos decorrentes de falhas de fornecimento/instalação;
 - Assumir responsabilidade por danos decorrentes de sua atuação, inclusive a terceiros, quando comprovados.

11. Obrigações da contratante

- Designar gestor e fiscal do contrato, com comunicação formal à contratada;
- Fornecer acesso ao local de instalação, conforme regras internas, e disponibilizar informações necessárias;
- Emitir Ordem de Serviço e aprovar, quando cabível, o cronograma físico de execução e a documentação do projeto;
- Atestar medições/entregas após verificação de conformidade e efetuar pagamentos conforme condições contratuais.

12. Fiscalização, medição e pagamentos

12.1 Fiscalização

A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s), com poderes para exigir correções, registrar ocorrências e atestar medições/entregas, inclusive quanto à conformidade do projeto, instalação, comissionamento e documentação.

12.2 Marcos de medição (entregas mínimas para atesto)

Para fins de atesto, a fiscalização considerará, no mínimo, os seguintes marcos de entrega, sem prejuízo do cronograma físico-financeiro aprovado no contrato:



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

- a) Marco 1: entrega e aprovação do projeto executivo e ART(s), relatório de vistoria inicial e comprovante de protocolo do processo de acesso junto à concessionária/distribuidora;
- b) Marco 2: fornecimento e instalação física concluída (módulos, inversores, estruturas, cabeamentos, quadros e proteções), com evidências e lista de verificação de conformidade;
- c) Marco 3: comissionamento e testes aprovados, sistema operando em condições regulares e monitoramento remoto ativo, com treinamento realizado e registro correspondente;
- d) Marco 4: entrega do dossiê final (documentos de 'como instalado', manuais, garantias, relatórios e demais documentos), correção de pendências do recebimento provisório e atendimento das exigências sob responsabilidade da Contratada no processo de acesso, quando aplicável.

12.3 Pagamentos

Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal, após a medição/atesto da fiscalização e conforme condições do contrato. Não haverá pagamento final antes do recebimento definitivo do objeto.

Quando houver parcelamento, a vinculação a cada marco de medição e os percentuais correspondentes constarão do contrato e do cronograma físico-financeiro, observada a necessidade de retenção de parcela final até a entrega integral dos documentos e a estabilidade operacional do monitoramento.

13. Recebimento do objeto

O recebimento observará as etapas de recebimento provisório e definitivo, mediante verificação de conformidade com o objeto e com os entregáveis previstos neste Termo de Referência.

13.1 Recebimento provisório

O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão da instalação e do comissionamento inicial, com o sistema apto a operar e com monitoramento remoto ativo, podendo a fiscalização registrar pendências, ajustes e não conformidades para saneamento pela Contratada.

13.2 Recebimento definitivo

O recebimento definitivo dependerá, no mínimo:

- a) correção integral das pendências registradas no recebimento provisório;
- b) entrega do dossiê final e de toda documentação técnica (documentos de 'como instalado', manuais, garantias, relatórios e ARTs), conforme seção 8;
- c) comprovação do pleno funcionamento do sistema e do monitoramento, com registros extraídos da plataforma e/ou relatório de comissionamento;
- d) quando aplicável ao processo de acesso, entrega do documento de aceite/homologação emitido pela concessionária/distribuidora; se a emissão depender exclusivamente de prazo de terceiro, a Contratada deverá comprovar protocolo tempestivo e atendimento integral das exigências sob sua responsabilidade, sem pendências imputáveis.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

14. Garantias mínimas

Sem prejuízo das garantias legais, deverão ser observadas garantias mínimas, incluindo:

- a) módulos fotovoltaicos: garantia de desempenho linear mínima de 25 anos e garantia contra defeitos de fabricação conforme fabricante, não inferior a 10 anos;
- b) inversores e demais componentes eletroeletrônicos: garantia mínima de 5 anos;
- c) serviços de instalação: garantia mínima de 12 meses contra vícios de execução, contados do recebimento definitivo.

15. Qualificação técnica (parâmetros para o edital)

Para fins de habilitação, recomenda-se que o edital exija, no mínimo:

- atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução de objeto similar (implantação de sistema fotovoltaico conectado à rede), com potência instalada mínima de 44 quilowatt-pico; Justificativa: a implantação e comissionamento de sistema fotovoltaico conectado à rede constitui parcela de maior relevância do objeto. A exigência de atestado mínimo de 44 quilowatt-pico (aproximadamente 50% da potência prevista) busca comprovar aptidão técnica com proporcionalidade, sem restringir indevidamente a competitividade, admitindo-se atestado único ou a soma de atestados, conforme o edital.
- comprovação de registro da empresa e do responsável técnico no CREA (ou conselho competente), quando aplicável;
- apresentação de ART(s) relativas à elaboração do projeto e à execução/instalação do sistema;
- comprovação de disponibilidade de profissional habilitado (engenheiro eletricista ou equivalente) para responsabilidade técnica.

16. Critério de julgamento e forma de contratação (parâmetros para o edital)

Critério de julgamento: menor preço.

Forma de adjudicação: item único (preço global), por se tratar de solução completa e integrada (chave na mão), sem prejuízo da planilha de composição/quantitativos a ser apresentada pelo licitante vencedor.

17. Sanções administrativas

O licitante/contratado sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, em especial às infrações administrativas e respectivas sanções, observado o devido processo legal, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

18. Orçamento estimado e anexos

O valor estimado para a contratação, conforme planilha de balizamento constante do processo, é de **R\$ 297.254,00** (média saneada dos orçamentos, com escopo equivalente 87,50 quilowatt-pico).

Dotação orçamentária:



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

Câmara Municipal

Projeto/Atividade (obra): 01.031.0001.1109 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente

Elemento da Despesa (ND): 4.4.90.52.30.00 – Máquinas e Equipamentos Energéticos

Fonte/Detalhamento do Recurso: Recursos Próprios do Poder Legislativo Municipal

Integram este Termo de Referência, como anexos, quando aplicável:

I - Mapa de cotação e balizamento;

II - Orçamentos/Propostas;

III - Planilha de quantitativos.

IV – Memorial descritivo

Anexo V – Projeto Executivo (Projeto e Instalação de Micro Geração Solar Fotovoltáica, Diagrama Unifilar e Diagrama Trifilar)

19. Disposições finais

Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, observadas as normas aplicáveis, o edital e o contrato.

Sapezal/MT, 06 de abril de 2026.


ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
Presidente


VAGNER SANTANA
Diretor Administrativo



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

ANEXO II – MODELOS DE DECLARAÇÕES (INCLUI DECLARAÇÃO TRABALHISTA)

(Conformidade, Inexistência de Impedimentos, Responsabilidade Trabalhista,
Disponibilidade Operacional e Demais Atestos)

AO(À) AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL/MT

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

[Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ sob nº [___], com sede à [endereço completo], neste ato representada por [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], CPF [___], RG [___], residente e domiciliado(a) à [endereço], na qualidade de [cargo/função], vem, para fins de participação no certame em epígrafe, **DECLARAR**, sob as penas da lei, que:

Pleno atendimento. Atende integralmente aos requisitos de habilitação e demais condições do Edital e de seus Anexos, comprometendo-se a **manter** tais condições durante todo o procedimento e ao longo da vigência contratual, se vencedora (Lei nº 14.133/2021).

Inexistência de impedimentos. Não há fato superveniente que impeça licitar/contratar; não foi declarada inidônea, nem se encontra impedida de contratar com a Administração em âmbito que alcance esta Câmara; está ciente de que eventual sanção impeditiva superveniente implicará inabilitação/impedimento.

Ausência de conflito (arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021). Não mantém vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão/entidade contratante, com agente público atuante na licitação, fiscalização ou gestão contratual, nem com seus cônjuges/companheiros ou parentes até o 3º grau; compromete-se a **não subcontratar** pessoas nessa condição.

Condições trabalhistas – menores (art. 7º, XXXIII, CF e art. 68, VI, Lei 14.133/2021). Não emprega menor de **18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de **16 anos** em qualquer trabalho, salvo como **aprendiz** a partir de 14 anos.

Reserva legal de vagas. Observa, quando aplicável, as exigências legais de reserva de cargos para **pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social**, bem como demais normas específicas.

Não condenação em 5 anos. Nos **últimos 5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do edital, **não** foi condenada, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Declaração trabalhista (integralidade dos custos). A **proposta econômica** abrange **todos os custos** necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição, nas leis e normas infralegais, em **convenções/acordos coletivos** e em **TACs** vigentes na data da proposta, conforme exigido no Edital.

Validade da proposta. A proposta terá **validade de 60 (sessenta) dias**, contados na forma do edital, obrigando-se a firmar o contrato se convocada dentro desse prazo, sob pena das sanções cabíveis.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

Disponibilidade técnica e operacional. Caso vencedora, dispõe e disporá dos **meios técnicos e operacionais** (equipe, responsáveis técnicos, instalações e equipamentos) para executar o objeto **nos prazos e condições** previstos no Edital, Termo de Referência/Projeto Básico e Cronograma Físico-Financeiro.

Veracidade e responsabilidade. Todas as informações prestadas e documentos apresentados são **verdadeiros e autênticos**, respondendo a Declarante nas esferas administrativa, civil e penal por eventuais falsidades, ciente do art. **299 do Código Penal**.

Conhecimento e observância do edital. Declara que **leu, compreendeu e aceita** integralmente as regras do Edital e Anexos (inclusive a obrigação de manter a documentação atualizada), bem como se compromete a cumprir todas as obrigações dele decorrentes.

Comunicações e assinaturas. Está ciente de que as comunicações ocorrerão pela plataforma indicada no Edital e que, quando cabível, os documentos serão assinados com **certificado digital ICP-Brasil**.

Sapezal/MT, [data].

[Nome do Representante Legal] – [Cargo]

[Razão Social] – CNPJ [__]

(Assinatura manuscrita ou digital – ICP-Brasil)

Observações ao preenchedor (não imprimir com a declaração):

- Emitir em **papel timbrado** da licitante.
- Anexar, quando exigido, documento comprobatório de poderes do signatário (contrato/estatuto consolidado e ato de eleição/ procuração).



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE GOZO DE BENEFÍCIO PARA ME/EPP

(arts. 3º, 44 e 45 da LC nº 123/2006 e art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

AO(À) AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL/MT

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, cargo XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, vem, para fins de participação no certame em epígrafe, **DECLARAR**, sob as penas da lei, que:

Enquadramento: encontra-se regularmente **enquadrada como [Microempresa (ME) / Empresa de Pequeno Porte (EPP)]**, nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006, com **receita bruta** dentro dos limites legais no último exercício de apuração.

Tratamento favorecido: faz jus ao **tratamento jurídico diferenciado** previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006 (empate ficto e demais benefícios) e ao disposto no art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, para fins de licitações e contratações públicas.

Ausência de impedimentos: **não incide** em quaisquer das **hipóteses legais impeditivas** à fruição dos benefícios de ME/EPP previstas na LC nº 123/2006 e demais normas aplicáveis (inclusive situações que afastem o tratamento favorecido em licitações).

Ciência dos efeitos: está ciente de que a apresentação de **documentação fiscal com restrição** poderá ser **regularizada** no **prazo legal**, conforme LC nº 123/2006 (regularização fiscal tardia), e de que a **falsidade** desta declaração sujeita a licitante às **sanções administrativas** cabíveis, **perda de benefícios**, e às responsabilidades **civil e penal** (art. 299 do Código Penal).

Dever de comunicar: compromete-se a **comunicar imediatamente** à Administração qualquer **alteração superveniente** que modifique o enquadramento e/ou impeça o gozo dos benefícios de ME/EPP durante o procedimento licitatório ou a execução contratual.

Sapezal/MT, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX]

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

(Assinatura manuscrita ou digital – ICP-Brasil)

Observações (não integrar a declaração ao imprimir):

- Emitir em **papel timbrado** da licitante. – Anexar, quando solicitado, **comprovante de enquadramento** e/ou documento que demonstre o porte (ex.: Certidão da Junta/Enquadramento ME/EPP, DBE/Comprovantes fiscais).
- Se assinado eletronicamente, enviar **PDF com verificação de conformidade** (ICP-Brasil).



**ESTADO DO MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL PARA
FINS DE IRRF – ME/EPP (QUANDO APLICÁVEL)**

(art. 64 da Lei nº 9.430/1996; LC nº 123/2006; IN RFB nº 1.234/2012, art. 4º, XI)

AO(À) AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL/MT

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, **CPF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, cargo XXXXXXXXXXXXXXX, vem, para fins do disposto no art. 64 da Lei nº 9.430/1996, LC nº 123/2006 e IN RFB nº 1.234/2012 (art. 4º, XI), **DECLARAR**, sob as penas da lei, que:

Enquadramento no Simples Nacional: é optante regularmente enquadrada no **Simples Nacional**, nos termos do art. 12 da LC nº 123/2006, na data desta declaração, fazendo jus ao **regime unificado de arrecadação**.

Tratamento quanto às retenções federais: nas operações/serviços objeto deste certame, **não se aplica a retenção na fonte de IRPJ, CSLL, COFINS e PIS-Pasep** pela Administração Pública, **quando cabível**, conforme IN RFB nº 1.234/2012, art. 4º, XI, LC nº 123/2006 e normas correlatas.

2.1. Exceções legais: a declarante reconhece que permanecem **sujeitas às regras específicas de retenção** as hipóteses previstas na legislação (p.ex., situações expressamente previstas na IN RFB nº 1.234/2012, em especial quando a natureza da contratação assim o exigir).

2.2. Esta declaração **não afasta** outras retenções legalmente devidas (p.ex., **INSS/obra – CNO e demais; ISSQN**, quando aplicável pelas normas municipais).

Obrigações acessórias:

a) mantém em boa ordem, por **5 (cinco) anos**, os documentos que comprovam a origem das receitas, a efetivação das despesas e quaisquer atos/operações que modifiquem sua situação patrimonial;

b) **cumprir as obrigações acessórias** pertinentes ao regime tributário.

Dever de informar: o(a) signatário(a), na qualidade de representante legal, **compromete-se a informar imediatamente** à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à **Câmara Municipal dos Vereadores de Sapezal qualquer desenquadramento** do Simples Nacional ou **alteração superveniente** que modifique a condição ora declarada.

Responsabilidade: está ciente de que a **falsidade** destas informações sujeita a empresa e seus responsáveis às **sanções administrativas**, bem como às **penalidades civis e criminais** previstas na legislação aplicável, inclusive **art. 299 do**



**ESTADO DO MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL**

Código Penal e art. 1º da Lei nº 8.137/1990, sem prejuízo de tributos, multas e encargos que venham a ser apurados.

Sapezal/MT, XXXXXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

(Assinatura manuscrita ou **assinatura digital – ICP-Brasil**)

Observações (não imprimir com a declaração):

- Anexar, se solicitado, **comprovante de opção ao Simples** (consulta pública/Portal do Simples) e documentos societários.
- A Administração **aplicará a legislação vigente** caso a natureza do serviço contratada **se enquadre em exceção** de retenção prevista na **IN RFB nº 1.234/2012**.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Pregão Eletrônico nº 001/2026 – Câmara Municipal de Sapezal/MT

À CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL/MT

[RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob nº [CNPJ], com sede à [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], CPF nº [CPF], no cargo de [CARGO], declara, para fins de **qualificação técnico-operacional**, nos termos do art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que:

1. DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Compromete-se a executar integralmente o objeto licitado, disponibilizando **peessoal técnico, instalações e aparelhamento/equipamentos** suficientes e adequados para a implantação do **sistema fotovoltaico conectado à rede**, em conformidade com o **Termo de Referência (Anexo I)**, com os **prazos, entregáveis, critérios de aceite, segurança elétrica** e demais exigências do Edital.

2. MOBILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

As equipes e os equipamentos serão mobilizados nos prazos estabelecidos pela Administração e mantidos durante toda a execução, assegurando a continuidade, a qualidade e a segurança das atividades, incluindo, quando aplicável, atendimento às exigências de **NR-10** (eletricidade) e **NR-35** (trabalho em altura).

3. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E VÍNCULO DO(S) RT(S)

O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) encontra(m)-se regularmente registrado(s) no **CREA** (ou conselho profissional competente, quando aplicável) e possui(em) disponibilidade/vínculo com a empresa nas formas aceitas no Edital (sócio, administrador, empregado ou prestador com contrato escrito). Admite-se declaração de compromisso de vinculação futura, quando prevista no Edital, com formalização antes da assinatura do contrato, se vencedora.

I – CORPO TÉCNICO (informar)

Nome completo	Função	CREA (UF)	Vínculo com a empresa	Experiência relacionada ao objeto

Observação: quando solicitado, a licitante apresentará comprovantes de vínculo (CTPS/eSocial, contrato, ato societário) e certidões/regularidade do CREA, bem como ART(s) pertinentes.

II – INSTALAÇÕES / ESTRUTURA OPERACIONAL (informar)

Endereço da base/instalação operacional: [ENDEREÇO]

Recursos operacionais disponíveis:

- [ex.: área para armazenagem temporária e segura de equipamentos; veículos de apoio; ferramentas e instrumentos; recursos de TI; equipe administrativa de suporte]



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

Observação: quando necessário, serão adotadas soluções de armazenamento temporário no local da instalação, com organização e segurança, sem prejuízo ao patrimônio público.

III – APARELHAMENTO/EQUIPAMENTOS (informar)

Equipamento	Quantidade	Próprio/Locado	Comprovação (quando solicitada)	Observações
Ferramentas de crimpagem/conectores FV				
Multímetro / Alicates amperímetro				
Megômetro (isolação)				
Ferramentas elétricas (parafusadeira/furadeira etc.)				
Equipamentos para trabalho em altura (linha de vida, trava-queda etc.)				
Escadas/andaimes/plataformas conforme necessidade				
Equipamento de içamento/elevação (quando aplicável)				
Notebook/tablet para parametrização e relatórios				
Instrumentos de inspeção (quando aplicável)				

Nota: Caso opte por locação, a empresa declara possuir contratos firmados, cartas de intenção ou capacidade comprovável para garantir a disponibilidade nas quantidades e prazos necessários à execução.

IV – ATRIBUIÇÕES DO CORPO TÉCNICO (informar)

- **[NOME] – CREA [UF/nº] – RT:** atribuições no contrato (projeto executivo, ART(s), supervisão técnica da instalação, comissionamento/testes, relatórios técnicos, entrega do dossiê “conforme executado”, suporte ao processo de acesso/homologação quando aplicável).
- **[NOME] – Função:** [responsabilidades específicas na execução].

V – CONFORMIDADE E RESPONSABILIDADE

Declaro, sob as penas da lei, que todas as informações prestadas são verdadeiras, respondendo civil, administrativa e criminalmente por sua veracidade. Autorizo a Administração a diligenciar junto ao CREA (ou conselho competente) e a solicitar comprovações de vínculo, disponibilidade de equipe e equipamentos. Comprometo-me a manter as condições ora declaradas durante toda a execução contratual, comunicando imediatamente quaisquer alterações relevantes que possam impactar o cumprimento do objeto.

Sapezal/MT, ____ de _____ de 2026.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[Cargo] – [Razão Social]

(Assinatura manuscrita ou assinatura digital – ICP-Brasil)



**ESTADO DO MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL**

**ANEXO VI – MODELO DE ATESTADO DE VISITA / DECLARAÇÃO DE
CONHECIMENTO DO LOCAL**

Pregão Eletrônico nº001/2026– Câmara Municipal de Sapezal/MT

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL/MT**, por intermédio do responsável designado para acompanhamento da visita, **ATESTA** que na data de XXXXXXXX, às XXXXXXXX, o(a) representante da empresa abaixo identificada compareceu ao **local da futura execução da obra/serviço**, para fins de conhecimento de suas condições.

1. DADOS DA LICITANTE

Razão social: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

Telefone/E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2. DADOS DO REPRESENTANTE DA LICITANTE

Nome: XXXXXXXXXXXX | CPF: XXXXXXXXXXXX | RG: XXXXXXXXXXXX

Cargo/Função: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Vínculo com a empresa (marcar): () Sócio () Empregado/CTPS () Procurador ()

Responsável técnico () Outro:

Documento comprobatório do vínculo apresentado: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3. LOCAL DA OBRA/SERVIÇO

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Coordenadas (se houver): XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

4. PARTICIPANTES DA VISTORIA (Administração)

Nome do servidor/designado: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | Cargo: XXXXXXXXXXXX

Unidade/lotação (Prefeitura/Câmara): XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

5. REGISTROS DA VISTORIA

() O representante percorreu as áreas necessárias e recebeu informações gerais sobre acesso, interfaces, restrições e pontos críticos.

() Não foram identificados impedimentos aparentes à execução dentro das condições editalícias.

() Houve restrições/observações relevantes: [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, se houver].

Anexos (se houver): () croqui () fotos () outros:

6. OBSERVAÇÕES

Este atestado comprova a realização da visita técnica na data e horário mencionados, **sem transferir à Administração a responsabilidade por quantitativos** ou por eventuais omissões de projeto. A elaboração da proposta permanece sob responsabilidade exclusiva da licitante, que deverá observar integralmente o **Projeto Básico/Termo de Referência**, as normas técnicas e as condições do edital.

Sapezal/MT, XXXXXX.



**ESTADO DO MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL**

Nome do responsável da Administração]
(assinatura)

Nome do representante da licitante – Cargo
Razão social XXXXXXXXX– CNPJ XXXXXXXX
(assinatura e carimbo)

Instruções ao licitante (informativas, não imprimir no formulário):

- Agendar a visita com **[e-mail oficial da Câmara/Departamento designado]** ou **[telefone]**; atendimento: **[dias/horário]**.
- Prazo para visita: do **1º dia útil após a publicação** até o **dia útil anterior** à data de abertura da sessão.
- Levar documento de identificação e comprovação de poderes/vínculo.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL (SUBSTITUTIVA AO ATESTADO)

Pregão Eletrônico nº001/2026– Câmara Municipal de Sapezal/MT

[RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob nº [CNPJ], com sede à [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], CPF nº [CPF], no cargo de [CARGO], para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 001/2026**, da **Câmara Municipal de Sapezal/MT**, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

1. **Conhece integralmente** o local e as condições para execução do objeto, incluindo as peculiaridades técnicas, logísticas e operacionais, acessos, restrições de horário e circulação, condições de segurança, bem como elementos que possam impactar custos, prazos e a metodologia de execução.
2. Avaliou, para fins de formulação da proposta, as condições essenciais relacionadas à implantação do sistema fotovoltaico conectado à rede, tais como área e condições de instalação (incluindo cobertura/estrutura quando aplicável), rotas de passagem de cabos, locais de fixação e acomodação de equipamentos, quadro(s) elétrico(s), ponto de conexão e demais interfaces necessárias ao perfeito funcionamento e à segurança do sistema.
3. Analisou o **Edital** e o **Termo de Referência (Anexo I)**, assumindo integral responsabilidade pela formulação da proposta em conformidade com as exigências técnicas, entregáveis, critérios de aceite, prazos e condições nele previstos, bem como com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis.
4. Não alegará desconhecimento das condições locais e contratuais para justificar pleitos técnicos ou financeiros futuros, ressalvadas as hipóteses de fato superveniente devidamente comprovado e os instrumentos legais e contratuais aplicáveis à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível.
5. Está ciente de que a presente declaração **substitui o atestado de visita técnica**, quando assim admitido pelo Edital, não eximindo a licitante do cumprimento integral de todas as exigências técnicas, legais e contratuais.

Sapezal/MT, ____ de _____ de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

(assinatura e carimbo)

(Assinatura digital ICP-Brasil, quando cabível)

Nota (informativa, não imprimir no formulário):

A Administração poderá diligenciar para verificar a autenticidade das informações e, se necessário, solicitar **complementos**.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº XX/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

Pelo presente instrumento, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES DE SAPEZAL**, inscrita no CNPJ sob o nºXXXXXXXXXX, com sede à Avenida do Jaú, 1359-SW, Bairro Cidezal I, Sapezal/MT, CEP 78.365 – 046, **neste ato representada por seu Presidente Sr Antônio Rodrigues da Silva, doravante denominada CONTRATANTE;** e, de outro, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nºXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA;** têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

1.1. Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 001/2026 e rege-se pela Lei nº 14.133/2021, pela legislação municipal aplicável e pelas condições do Edital e de seus anexos, que integram este instrumento para todos os fins, independentemente de transcrição.

1.2. Integram e vinculam este contrato, independentemente de transcrição: (i) o Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026 e seus anexos; (ii) o Termo de Referência (Anexo I do Edital); (iii) o Estudo Técnico Preliminar – ETP (anexo ao Edital); (iv) a Matriz de Riscos (anexa ao Edital); (v) a proposta vencedora e os documentos apresentados pela CONTRATADA no certame; e (vi) os atos da sessão pública e demais peças constantes do processo administrativo.

1.3. Em caso de divergência entre as peças que compõem a contratação, observar-se-á, para fins de execução e interpretação, a seguinte ordem de prevalência: (i) este contrato; (ii) o Edital e seus anexos; (iii) o Termo de Referência; (iv) a proposta vencedora; e (v) demais documentos do processo, sem prejuízo de solução mais restritiva e tecnicamente segura quando se tratar de requisitos de segurança e desempenho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a implantação de usina de geração fotovoltaica conectada à rede elétrica (sistema on-grid), em regime de solução completa e integrada (chave na mão), com potência instalada mínima de 87,50 quilowatt-pico (kWp), incluindo, no mínimo: projeto executivo, fornecimento de equipamentos e materiais, instalação, comissionamento e ativação, monitoramento com entrega de credenciais de acesso, treinamento e entrega do dossiê técnico final “conforme executado”, bem como a condução do processo de acesso/homologação junto à distribuidora/concessionária, quando aplicável, tudo conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital).

2.2. Local de execução: sede da Câmara Municipal de Sapezal/MT, situada na Av. do Jaú, 1359-SW, Centro, Sapezal/MT, ou outro endereço formalmente indicado pela CONTRATANTE no processo, se houver alteração devidamente motivada e autorizada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO ATESTO

3.1. Regime de execução: empreitada por preço global (item único).

3.2. A aferição da execução contratual será realizada por marcos de entrega/entregáveis, mediante Boletim/Termo de Atesto emitido pela fiscalização, nos termos do Termo de Referência e do Edital.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

3.3. O atesto parcial não configura aceitação definitiva do objeto, que dependerá dos recebimentos provisório e definitivo, conforme este contrato e o Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS, DA VIGÊNCIA E DA ORDEM DE SERVIÇO

4.1. Prazo de execução: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATANTE, conforme Termo de Referência.

4.2. Prazo de vigência contratual: 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados da assinatura deste contrato, de modo a abranger execução, recebimento provisório e recebimento definitivo, sem prejuízo de prorrogação nas hipóteses legais e contratuais.

4.3. Condições para emissão da OS: a OS poderá ser emitida após a assinatura do contrato e o atendimento, pela CONTRATADA, das condições iniciais previstas no Edital e no Termo de Referência, especialmente: (i) apresentação da garantia contratual, quando exigida; (ii) apresentação das ART(s) pertinentes; (iii) indicação formal do preposto; e (iv) apresentação do cronograma executivo, quando solicitado.

4.4. Prorrogação: a execução e/ou a vigência poderão ser prorrogadas nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e jurídica, demonstração do nexo causal com o evento superveniente, registro nos autos e formalização por termo aditivo, quando cabível. A prorrogação não é automática e deverá ser requerida antes do término da vigência, mantendo-se as demais condições contratuais (inclusive garantias).

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

5.1. Preço global: R\$ _____ (_____), correspondente ao valor global da proposta vencedora registrada no sistema eletrônico, para execução integral do objeto.

5.2. No preço global consideram-se incluídos todos os custos e encargos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, deslocamentos, responsabilidade técnica (ART), materiais, equipamentos, instalação, comissionamento, documentação final, treinamento e demais despesas diretas e indiretas.

5.3. Revisão por alteração tributária/encargos legais: os preços poderão ser alterados, para mais ou para menos, quando, após a data da proposta, houver criação, alteração ou extinção de tributos/encargos legais ou sobrevier disposição normativa comprovadamente incidente sobre os custos do contrato, com reflexo direto e mensurável no preço, mediante demonstração analítica e formalização na forma legal.

5.4. Reajustamento por índice: fica estabelecido, para eventual aplicação, o índice de reajustamento IPCA/IBGE (ou outro índice oficial que o substitua), observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base definida no Edital. Considerando o prazo de vigência deste contrato, o reajuste somente será aplicável se houver prorrogação que ultrapasse o interregno legal.

5.5. Reequilíbrio econômico-financeiro: poderá ser requerido nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 (álea extraordinária e extracontratual, fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, força maior/caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração), desde que demonstrados o nexo causal e os impactos, e que o evento não se enquadre em risco alocado à CONTRATADA na Matriz de Riscos. O pedido deverá ser instruído com memória de cálculo e documentos probatórios idôneos. Se acolhido, será formalizado por instrumento próprio (apostilamento/termo aditivo, conforme o caso).

5.6. Repactuação: inaplicável ao presente contrato, por não se tratar de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

- 6.1. O pagamento será efetuado por crédito em conta-corrente indicada pela CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada, observados os entregáveis/marcos efetivamente executados e aceitos, conforme Edital e Termo de Referência.
- 6.2. Incorreções na Nota Fiscal ou pendências documentais suspenderão o prazo de pagamento, que reiniciará após a regularização.
- 6.3. Retenções: serão efetuadas as retenções legais aplicáveis (ISSQN, INSS, IRRF e outras), quando incidentes, conforme legislação vigente e normas municipais aplicáveis. Para optantes pelo Simples Nacional, observar-se-á o tratamento tributário específico, mediante apresentação da declaração correspondente.
- 6.4. O pagamento final não implica aceitação definitiva do objeto, que dependerá do Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

- 7.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em uma das modalidades do art. 96 da Lei nº 14.133/2021 (caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária), em até 10 (dez) dias úteis da assinatura.
- 7.2. Em havendo aditivos que impliquem acréscimo do valor contratual, a garantia será recomposta para preservar o percentual exigido, no prazo fixado pela CONTRATANTE.
- 7.3. Seguro-garantia: a apólice deverá indicar a CONTRATANTE como beneficiária e ter vigência compatível com a do contrato (incluindo prorrogações). A cláusula de retomada (step-in) poderá ser prevista quando pactuada e/ou exigível na forma da Lei nº 14.133/2021.
- 7.4. Garantia adicional: quando cabível, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Edital (regras de inexecução/garantia adicional aplicáveis a serviços de engenharia), poderá ser exigida garantia adicional, cumulativa com a garantia contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DO APOIO TÉCNICO

- 8.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) por Portaria (Gestor e Fiscal do Contrato), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. A CONTRATANTE poderá contar com apoio técnico de profissional habilitado, inclusive mediante cooperação com órgão/entidade municipal, para emissão de manifestações técnicas sobre conformidade, comissionamento, monitoramento e documentação final, sem prejuízo da competência decisória da fiscalização e da autoridade competente.
- 8.3. A presença da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem transfere à CONTRATANTE responsabilidade por falhas de execução.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021, incumbe à CONTRATANTE:
- a) designar formalmente o Gestor e o Fiscal do Contrato e, quando necessário, apoio técnico;
 - b) providenciar as condições de acesso ao local de execução e indicar interlocutores para acompanhamento;
 - c) emitir a Ordem de Serviço e demais determinações formais necessárias à execução;
 - d) empenhar e assegurar disponibilidade orçamentária para a execução contratada;
 - e) atestar entregáveis/marcos executados e processar os recebimentos provisório e definitivo;
 - f) efetuar os pagamentos devidos, observadas retenções legais e eventuais glosas;



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

- g) notificar a CONTRATADA sobre irregularidades e determinar correções necessárias;
- h) instaurar procedimento para aplicação de sanções e/ou extinção contratual, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações previstas em lei, no Edital e no Termo de Referência, incumbirá à CONTRATADA:

- a) executar integralmente o objeto conforme o Termo de Referência, com observância das normas técnicas aplicáveis e boas práticas, assegurando desempenho e segurança;
- b) apresentar as ART(s) pertinentes (projeto e execução/instalação), mantendo responsável(is) técnico(s) habilitado(s) durante toda a execução;
- c) disponibilizar equipe, ferramentas e equipamentos adequados e suficientes, mobilizando-os tempestivamente;
- d) realizar comissionamento e testes, entregar monitoramento ativo (com credenciais) e fornecer treinamento, conforme TR;
- e) entregar o dossiê técnico final “conforme executado”, manuais, garantias e documentação exigida;
- f) conduzir e acompanhar o processo de acesso/homologação junto à distribuidora/concessionária, quando aplicável, cumprindo exigências sob sua responsabilidade e apresentando evidências/protocolos à fiscalização;
- g) cumprir normas de segurança do trabalho (especialmente NR-10 e, quando aplicável, NR-35), fornecendo EPIs/EPCs e adotando procedimentos operacionais seguros;
- h) responder por danos causados a terceiros e ao patrimônio público, adotando medidas de prevenção e reparação;
- i) reparar, refazer ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado, quaisquer itens/etapas em desconformidade;
- j) manter as condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência do contrato;
- k) comunicar imediatamente à fiscalização fatos relevantes que possam afetar prazo, custo, segurança ou qualidade, propondo medidas corretivas;
- l) manter o local organizado e limpo, com retirada e destinação adequada de resíduos e sobras de materiais;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa e formalização por instrumento próprio.

11.2. Aplicam-se os limites legais para acréscimos e supressões, quando cabíveis, observada a disciplina do Edital, do Termo de Referência e a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto será recebido provisoriamente e definitivamente na forma do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, observados os procedimentos do Edital e do Termo de Referência.

12.2. O Recebimento Provisório será formalizado por Termo Circunstanciado, após vistoria e verificação dos entregáveis mínimos (instalação, comissionamento, monitoramento e documentação mínima).

12.3. Sanadas eventuais pendências, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, condicionado, dentre outros, à entrega do dossiê “conforme executado”, garantias, ART(s) de conclusão e evidências do processo junto à distribuidora/concessionária quando aplicável.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

12.4. A liberação da garantia contratual ocorrerá após o recebimento definitivo e a quitação de obrigações remanescentes, sem prejuízo das garantias técnicas previstas no TR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS MEDIÇÕES E DO ATESTO

13.1. As medições/atestes observarão o regime de preço global e serão realizados por marcos de entrega/entregáveis, conforme procedimentos definidos no Edital e no Termo de Referência.

13.2. O Boletim/Termo de Atesto constituirá base para a liquidação e pagamento, quando cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

14.1. As infrações e sanções administrativas observarão o Edital e a Lei nº 14.133/2021, podendo consistir em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, conforme o caso.

14.2. A aplicação de sanções observará o contraditório e a ampla defesa, por decisão motivada, considerando-se gravidade, circunstâncias, danos e eventual programa de integridade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1. A extinção contratual observará as hipóteses e o rito previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Edital, com decisão motivada e garantia do contraditório e da ampla defesa.

15.2. Na extinção por culpa da CONTRATADA, poderão ser adotadas as medidas legais e contratuais, inclusive execução da garantia e retenção de créditos até o limite dos prejuízos e penalidades.

15.3. Na extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE, serão assegurados os direitos legais da CONTRATADA, quando cabíveis e comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS E DOS SEGUROS

16.1. A gestão de eventos supervenientes seguirá a Matriz de Riscos anexa ao Edital, observada a alocação de riscos pactuada.

16.2. A CONTRATADA manterá os seguros exigidos em lei e os necessários à boa execução, quando aplicáveis, comprovando apólices quando solicitada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS COMUNICAÇÕES E DA PUBLICIDADE

17.1. As comunicações e notificações entre as partes ocorrerão preferencialmente por meios eletrônicos indicados no processo e pelos canais oficiais da CONTRATANTE, sem prejuízo de registros no processo administrativo.

17.2. Os atos contratuais serão publicados no PNCP e divulgados na forma exigida pela Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. É vedada a subcontratação total do objeto. Admite-se subcontratação parcial de parcelas acessórias e não críticas, desde que previamente autorizada por escrito pela CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA como única responsável pela execução, prazos, qualidade e garantias.

18.2. É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica definidas no Termo de Referência, incluindo, no mínimo: projeto executivo e respectivas ART(s), interligações elétricas principais (CC e CA), comissionamento/testes, entrega do sistema em funcionamento e instrução/acompanhamento do processo de acesso/homologação, quando aplicável.



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme o Edital, este contrato e a legislação aplicável.

19.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Sapezal/MT para dirimir questões não resolvidas pela via administrativa, sem prejuízo de meios consensuais quando cabíveis.

19.3. Integram este contrato, como se nele transcritos estivessem, o Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026 e seus anexos (especialmente o Termo de Referência, a Matriz de Riscos e o ETP), a proposta vencedora e os demais documentos do processo.

Sapezal/MT, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

Câmara Municipal dos Vereadores de Sapezal
CNPJ:XXXXXXX

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS

CPF: _____

CPF: _____

Visto Jurídico: _____



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

ANEXO VIII – MATRIZ DE RISCOS

Nº	Evento / categoria de risco	Alocação predominante	Tratamento contratual / efeitos	Base de referência
1	Atualização normativa obrigatória (ABNT/NRs/CBM-MT e demais aplicáveis) após a data-limite das propostas	Compartilhado	A Contratada implementará adequações técnicas mediante determinação/anuência da fiscalização. Havendo impacto comprovado em custo/prazo e não sendo	Edital (Seção 4 e Seção 19); TR itens 6.6 e 7; Lei 14.133/2021 (reequilíbrio)
2	Alteração do escopo/entregáveis por iniciativa da Administração, dentro dos limites legais	Contratante (fator gerador) / Contratada (execução)	Somente por decisão formal e instrumento próprio (aditivo/apostilamento quando cabível), com ajuste de prazo e valor, se aplicável	Edital (Seções 16, 17 e 20); Lei 14.133/2021, arts. 124 e 125
3	Supressão/acréscimo além dos limites legais, ou alteração que torne o contrato antieconômico/inviável	Contratante	Possibilidade de extinção/rescisão e acertos quando cabíveis, por processo administrativo motivado	Edital (Seção 20 e Seção 17); Lei 14.133/2021
4	Suspensão/paralisação por conveniência administrativa/financeira	Contratante	Suspensão motivada; reprogramação e acertos cabíveis em lei. Suspensões prolongadas podem ensejar extinção nas hipóteses legais	Edital (Seções 16 e 20); Lei 14.133/2021
5	Atraso de pagamento pela Administração, após NF atestada	Contratante	Pagamento condicionado ao atesto. Atrasos imputáveis à Administração podem ensejar providências contratuais e, quando cabível, recomposição/medidas	Edital (Seção 23 e Seção 20); TR item 12.2; Lei 14.133/2021
6	Atrasos de execução, não conformidades, falhas de comissionamento ou descumprimento de prazos por culpa da Contratada	Contratada	Correções sem ônus, glosas/recusa de atesto, sanções e, se cabível, extinção	Edital (Seções 16, 21–24 e 26); TR itens 7.1, 9 e 10
7	Atraso no processo de acesso/homologação na distribuidora (prazo de terceiro)	Compartilhado (predominância da Contratada quanto a protocolo/atendimento)	Contratada deve protocolar tempestivamente, acompanhar diligências e atender exigências sob sua responsabilidade, com comprovação. Se atraso for exclusivo de	TR itens 5, 8, 9.1; Edital (Seções 16 e 21)



ESTADO DO MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

8	Interferências/condições locais não identificadas (cobertura/estrutura, quadro elétrico, rotas de cabos, ponto de conexão)	Compartilhado	Comunicação formal, proposta técnica e deliberação da fiscalização. Se exigir alteração de escopo, aplica-se o regime de alterações e, quando cabível.	ETP item 12; TR itens 5 e 9.2; Edital (Seções 16, 17 e 20)
9	Variação ordinária de custos (equipamentos/insumos/mão de obra)	Contratada	Oscilações normais integram o risco do contratado (preço global). Reequilíbrio só em hipóteses legais extraordinárias, com prova de nexos e impacto	Edital (Seção 19); Lei 14.133/2021
10	Falhas no monitoramento/plataforma ou desempenho inferior ao exigido (sem causa externa comprovada)	Contratada	Obrigação de corrigir sem ônus, inclusive durante garantia. Atesto/recebimento dependem de monitoramento ativo e credenciais entregues	TR itens 8, 9.4 e 13; Edital (Seções 21 e 22)
11	Incidentes de SST e não conformidade NR-10/NR-35	Contratada	Responsabilidade integral por EPIs/EPCs e procedimentos. Fiscalização pode paralisar por segurança. Custos e consequências do descumprimento são do contratado	Edital (Seções 4 e 24); TR itens 6.6 e 10
12	Subcontratação: falhas de subcontratadas impactando prazo/qualidade/encargos	Contratada	Subcontratação parcial somente conforme Edital/Contrato e sem transferência de responsabilidade	Edital (itens de subcontratação ; fiscalização); Lei 14.133/2021, art. 121, §1º
13	Perda/dano/furto de materiais/equipamentos sob guarda da Contratada antes do recebimento provisório	Contratada (guarda) / Contratante (controle de acesso, quando aplicável)	Contratada adota guarda e responde por reposição quando decorrer da sua esfera. Administração coopera com regras de acesso. Casos excepcionais: análise por prova e nexos	TR itens 10 e 13; Edital (Seções 21 e 24)